

Plano de Governo

Carlos Eduardo Nunes Alves

Governador

Carlos Eduardo Ciarlini Rosado
Vice-governador



Viver é acalantar sonhos e esperanças,
fazendo da fé a nossa inspiração maior.

Mário Quintana

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO: o Rio Grande do Norte tem jeito	4
INTRODUÇÃO	6
O NOSSO COMPROMISSO PARA O RN	8
ENFOQUE ESTRATÉGICO	8
OS ELEMENTOS TRANSVERSAIS DA NOSSA ATUAÇÃO	11
Gestão Democrática e Participativa	12
Integração Governamental	13
Integração Territorial	14
EIXOS de atuação	22
EIXO - Desenvolvimento Governamental	23
Gestão Orçamentária e Fiscal	25
Transparência e Participação Social	27
Modernização da Gestão	28
Qualidade de Vida e Valorização do Servidor	28
EIXO - Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional e Metropolitana	29
Integração Regional e Gestão Metropolitana	32
Transportes	34
Saneamento	36
Recursos Hídricos	38
Gestão Ambiental	41
EIXO - Desenvolvimento Humano e Social	43
Educação	48
Saúde	56
Desenvolvimento e Assistência Social	65
Habitação	68
Cultura	69
Esporte e Lazer	72
Segurança Pública	73
Defesa Civil	80

Administração Penitenciária	81
Justiça e Promoção da Cidadania.....	83
Políticas públicas para as mulheres.....	84
Políticas públicas para a pessoa idosa	86
Políticas públicas para as pessoas com deficiência	87
Igualdade Racial e Promoção de Direitos	88
Direitos da Juventude.....	88
EIXO - Desenvolvimento Econômico Sustentável	90
Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda.....	93
Turismo.....	96
Ciência, Tecnologia e Inovação.....	97
Desenvolvimento Agrário e Rural.....	101
Eficiência Energética	103

APRESENTAÇÃO: O RIO GRANDE DO NORTE TEM JEITO

Início este Plano de Governo fazendo um convite ao povo do Rio Grande do Norte para que juntos possamos resgatar o nosso Estado do caos administrativo, econômico, político e social no qual se encontra. Coloco à disposição de todos(as) os(as) potiguaras a experiência dos meus mais de 30 anos de vida pública para realizar as transformações que o nosso RN tanto quer e precisa.

Conheço o tamanho dos desafios, mas também reconheço a capacidade e a determinação de cada cidadão e de cada servidor do Governo do Estado, os quais poderão, junto comigo, dar a sua contribuição para sairmos desse triste cenário e resgatarmos o nosso Rio Grande do Norte.

A cada dia, a cada notícia que vemos e ouvimos, percebemos a situação na qual se encontra o RN. O caos está instalado nos 167 municípios. A nossa população não tem saúde e educação de qualidade, não se sente segura, não tem governo. Os nossos servidores públicos estaduais, responsáveis por fazer a engrenagem administrativa girar, não têm os seus salários pagos em dia. O mesmo acontece com os nossos aposentados, que, por muito tempo, deram tudo de si para servir ao povo potiguar.

Os nossos jovens, expostos à criminalidade, não têm oportunidades de emprego, não têm acesso à cultura, à arte e ao esporte. O direito à moradia não é efetivado para milhares de famílias potiguaras. As nossas mulheres, violentadas a cada dia, não têm a devida proteção do Estado. Os direitos humanos e o respeito à diversidade não têm espaço na atual agenda governamental. As trabalhadoras e os trabalhadores do campo estão abandonados. A verdade é que as políticas públicas não chegam no interior do RN.

Meus amigos e minhas amigas, a situação é de calamidade. Para revertê-la será necessário mais do que boa vontade. Será necessário, acima de tudo, a

responsabilidade e a determinação de quem já tem experiência em governar. A experiência de quem tirou Natal da maior crise já enfrentada. É por isso que eu e os meus colaboradores apresentamos a vocês, neste documento, o NOSSO COMPROMISSO para um Rio Grande do Norte grande de verdade.

Convido você, potiguar, a junto conosco buscar o verdadeiro desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Este convite expressa o meu respeito, o meu compromisso e o meu amor pelo RN e pelo seu povo. Como em toda a nossa trajetória, não construímos sozinhos essa proposta de mudanças. Caminhamos e conversamos com os moradores de diversas cidades e assim continuaremos a fazer, pois este Plano de Governo não se fechará jamais. Estará sempre aberto ao diálogo, mas preservará a sua essência: interiorização das políticas públicas, promoção do desenvolvimento econômico e modernização da gestão.

Portanto, reitero o meu convite a você. Venha conosco nessa caminhada, transformando o nosso amor pelo Rio Grande do Norte em um elo comum entre nós e em um efetivo instrumento de construção de um Estado mais democrático e de um RN sustentável e socialmente justo.

O RN tem jeito.

Carlos Eduardo Nunes Alves

INTRODUÇÃO

O Rio Grande do Norte vivencia, hoje, uma de suas crises mais agudas não só por suas proporções e impactos na economia, mas sim, por atingir diversas áreas e políticas a elas direcionadas, gerando reflexos na vida do potiguar.

São frequentes as notícias que indicam o aumento da violência. Passamos a buscar o refúgio de nossas casas e nos privamos de momentos valiosos em nome da nossa segurança. Essa nova rotina tem atingido a todos e vem se manifestando não somente na capital, mas também gera impactos nos municípios do interior do RN. Se antes o potiguar podia desfrutar de agradáveis momentos de convivência nas calçadas e nas praças, hoje esse hábito foi esquecido pelo medo da violência, que se amplia em virtude da falta de segurança que é uma obrigação do governo estadual. O cidadão norte-rio-grandense se vê refém não somente da criminalidade, mas também da ausência de uma política de segurança pública que, efetivamente, apresente soluções concretas para essa realidade.

Ao mesmo tempo, o RN vem, há anos, convivendo com a pobreza. A habitualidade vem tornando invisíveis as cenas que expõem as carências e a vulnerabilidade social do nosso povo, fazendo com que o potiguar acredite que essa situação não tem solução. Nós, por outro lado, acreditamos que o RN tem jeito e buscaremos mudar essa realidade. Percebemos a pobreza como uma condição social causada por múltiplos fatores que não se restringem, apenas, à ausência de renda, mas sim a deficiências relacionadas às mais diversas políticas públicas. Trata-se de um problema que deve ser encarado em uma perspectiva multidimensional por meio de um conjunto de estratégias que aproveitem as potencialidades locais como elementos chave para a superação desse contexto e para a geração de oportunidades para o potiguar.

As políticas devem ser efetivas na concretização de direitos. A partir dessa compreensão, políticas de saúde, educação, geração de emprego e renda, acesso à

cultura serão priorizadas e integradas em nossa gestão, combinando-se com as políticas de assistência social para a superação da pobreza no RN.

Teremos grandes desafios a solucionar também na área institucional, sendo essencial que possamos organizar a estrutura de governo para ampliar a nossa capacidade de oferecer respostas aos anseios dos potiguares. Ao longo dos anos, as gestões estaduais que passaram pelo RN, certamente, enfrentaram problemas financeiros, mas, ao mesmo tempo, não foram tecnicamente capazes de reunir esforços para desenvolver o RN.

As nossas propostas para mudar esse cenário geral são realistas. Objetivam restabelecer os laços de confiança na administração pública e resgatar o melhor do nosso RN. Trazemos um plano integrado e que foi pensado a partir de enfoques estratégicos, de elementos transversais e de uma proposta de atuação pautada no território.

A partir das nossas propostas, vamos recuperar o orgulho em relação ao RN. Queremos devolver o RN ao potiguar. Para isso, é preciso planejar e acelerar a concretização das mudanças e a geração de oportunidades. O nosso foco sempre foi o cidadão e, agora, cuidaremos não somente do natalense, mas sim, de todos os potiguares, estando sempre atentos as suas necessidades.

Buscaremos dar um passo à frente no desenvolvimento do Estado, superando os anos de estagnação e de atraso. Acreditamos que o RN tem jeito e que podemos promover essa mudança em conjunto com o povo potiguar.

As nossas propostas para o RN estão presentes neste documento. Elas foram pensadas de forma participativa, ouvindo a população norte-rio-grandense em nossas andanças pelas cidades do interior. O potiguar é o grande conhecedor do RN, capaz de indicar não somente os desafios, mas também os caminhos para o desenvolvimento a partir das riquezas locais. Dialogamos, também, com especialistas que acumulam saberes técnicos e que puderam contribuir com sua visão valiosa.

A seguir, detalharemos o enfoque estratégico da nossa proposta de governo, os elementos transversais do nosso plano e a nossa atuação pautada no território. Em seguida, passaremos a apresentar as propostas para cada eixo e área temática, as quais serão integradas a partir dos enfoques estratégicos, dos elementos transversais e da perspectiva territorial.

O NOSSO COMPROMISSO PARA O RN

- ENFOQUE ESTRATÉGICO

A partir da compreensão do cenário atual do RN, identificamos as principais áreas e problemas a ser enfocados pelo nosso governo. Os enfoques estratégicos de gestão são visualizados como a síntese dos grandes desafios a ser enfrentados pelo governo do RN.

Estrategicamente, o nosso governo terá como enfoque a modernização da gestão, a promoção do desenvolvimento econômico sustentável com o enfrentamento da pobreza e a interiorização das políticas públicas.

Compreendemos que as ações governamentais nem sempre alcançam o interior do RN com a mesma intensidade, de modo a gerar mudanças necessárias à transformação do quadro atual. De forma combinada com essa realidade, a pobreza cresce em virtude da ausência de oportunidades. Dessa forma, a existência de poucas políticas efetivas no interior e o aprofundamento da crise econômica, com rebatimento no aumento da pobreza em nosso estado, geram um ciclo vicioso de estagnação dos municípios do interior do Rio Grande do Norte e, conseqüentemente, uma heterogeneidade de contextos econômicos e de desenvolvimento em cada região.

Esse cenário deve ser modificado por meio de ações que atinjam todos os recantos do RN, interiorizando-se as políticas públicas e, de forma urgente, aquelas

que tenham como finalidade, direta ou indiretamente, a redução dos índices de pobreza.

Acreditamos que o governo deve chegar a todos os cidadãos por meio de ações concretas e de qualidade. O acesso às políticas é apenas um dos passos a ser realizados, mas o nosso objetivo somente se cumprirá com a concretização de ações de qualidade garantidas de forma constante ao potiguar.

Além das políticas voltadas à redução da pobreza de forma direta, desejamos levar o desenvolvimento para as cidades do interior e isso somente ocorrerá quando as vocações locais forem reconhecidas e valorizadas. A nossa intenção é homogeneizar o desenvolvimento, reduzindo a existência de ilhas de prosperidade no RN.

Para isso, apostamos no potencial cultural e econômico dos nossos municípios. Traçamos uma estratégia de desenvolvimento econômico sustentável que se concretizará por meio da dinamização da capacidade de geração de bens e serviços e, conseqüentemente, de emprego e renda. A nossa política econômica criará um ambiente propício à instalação de novos empreendimentos, bem como à diversificação e ao fortalecimento da cadeia produtiva.

Para promover o desenvolvimento de forma homogênea no território, os nossos esforços não estarão concentrados apenas nos grandes empreendimentos. Objetivamos diversificar a cadeia produtiva, não apenas fortalecendo os médios empreendimentos, mas, principalmente, oferecendo apoio aos micro e pequenos empreendimentos, além do suporte aos microempreendedores individuais.

A nossa política de geração de emprego e renda será abrangente, superando a visão de que devemos apenas incentivar a geração de riqueza, mas sim ampliar oportunidades de trabalhos decentes e de qualidade. Para isso, é preciso fortalecer atividades econômicas e garantir a existência de uma conjuntura favorável à sua sustentabilidade. A estratégia para fortalecer e assegurar a empregabilidade prevê

ações de qualificação profissional, oferta de crédito, apoio a organizações de produtores e criação de canais de comercialização.

A nossa finalidade é criar um ciclo virtuoso que possibilite, em cada região do RN, a partir do fomento e da diversificação do setor econômico, incluir pessoas no setor produtivo, reduzindo o índice de pobreza no Rio Grande do Norte.

Entretanto, para possibilitar que as políticas públicas e as estratégias de desenvolvimento alcancem cada cidadão do RN, é necessário criar uma nova forma de pensar e de executar as funções do Estado, modernizando-se a gestão e gerando inovações. Formular políticas a partir de uma visão tradicional e compartimentalizada dos problemas públicos não nos parece ser a melhor estratégia para retirar o RN do atraso. Estratégias isoladas de planejamento são, reconhecidamente, ineficientes e arcaicas. O avanço somente será possível a partir da criação de formas inovadoras de gestão. Cada ente deve compreender as suas responsabilidades, mas, igualmente, a possibilidade de construção compartilhada do desenvolvimento. É preciso buscar parcerias dentro e fora da administração pública, trabalhando em rede e de forma integrada pela promoção do interesse público.

Tais enfoques e as demais políticas do nosso plano serão integradas a partir de elementos transversais que proporcionarão a uniformidade da nossa atuação em todas as áreas. Além dos elementos transversais relacionados com a gestão democrática e participativa e a integração governamental, de forma complementar, a nossa atuação estará pautada em uma perspectiva territorial que buscará fortalecer as potencialidades e vocações locais dos municípios do RN. Para isso, foi preciso pensar uma nova forma de enxergar o Rio Grande do Norte.

A nossa intenção é criar um contexto favorável ao desenvolvimento. Para isso, precisamos tornar o RN um estado digital, dando condições de competitividade, favorecendo a transformação, a pesquisa e a inclusão social por meio da ciência, da tecnologia e da inovação. Buscaremos contribuir com a criação de um ambiente favorável à inovação, governando com responsabilidade e contribuindo para o

desenvolvimento de talentos e criatividade em parceria com o setor privado, institutos federais e universidades.

- **OS ELEMENTOS TRANSVERSAIS DA NOSSA ATUAÇÃO**

Para mudar o Rio Grande do Norte, colocaremos em prática um conjunto de políticas públicas formuladas a partir de características comuns, as quais denominamos de transversais.

Compreendemos como transversais aqueles aspectos importantes, urgentes e que, para nós, se apresentam como fatores chaves para o desenvolvimento. Os elementos transversais serão os norteadores da elaboração e da implementação de todas as políticas públicas nas diversas áreas de atuação do governo.

Isso significa que o nosso governo sempre considerará esses três fatores na formulação e na implementação das políticas públicas. A escolha desses fatores se deu a partir da escuta daqueles que vivenciam os principais problemas do RN: o povo. Além disso, consideramos a voz de especialistas nas mais diversas políticas.

Ao consultar a população, ouvimos dúvidas, questionamentos e solicitações. Constatamos que os cidadãos não se sentem próximos ao governo estadual e não visualizam formas de contribuir com as suas políticas de forma participativa. Além disso, verificamos que as estratégias dos governos, nem sempre, consideram as potencialidades dos territórios, nem, tampouco, se concretizam de forma integrada, a partir do diálogo e do trabalho conjunto entre os mais diversos órgãos que compõem a administração pública.

Nesse sentido, os elementos transversais da nossa atuação serão a gestão democrática, a integração governamental e a integração territorial.

▪ Gestão Democrática e Participativa

A escolha da gestão democrática e participativa como elemento transversal considera a necessidade e a possibilidade de uma atuação transparente e democrática em todos os níveis de governo e em todas as áreas das políticas públicas.

Pensar políticas públicas sem considerar os anseios dos atores sociais é, hoje, um retrocesso diante dos avanços políticos alcançados no nosso país. Ao longo dos anos, em nossa vida política, aprendemos que é a partir de uma construção pactuada das políticas que surgem as ações que podem mudar, de fato, a nossa realidade. A participação pode, portanto, ampliar a **efetividade** das políticas públicas.

Reconhecemos e concordamos que o saber dos técnicos e o conhecimento prático da população não são, por si, excludentes, mas sim, complementares. É necessário, cada vez mais, unir os saberes formal e informal. Não é possível pensar soluções sem considerar a opinião e as percepções daqueles que vivenciam, no seu dia a dia, os reflexos dos mais diversos problemas públicos.

É preciso, portanto, criar um ambiente propenso ao diálogo. A isso denominamos uma gestão democrática e participativa. Com base neste elemento transversal, todas as nossas políticas deverão considerar a participação social em seu processo de formulação.

Sabemos que concretizar o diálogo entre a gestão e a sociedade de forma efetiva é, ainda, um desafio. Mas temos diversos exemplos de experiências exitosas pelo país. Além disso, a nossa experiência de gestão em Natal sempre considerou a opinião da população. Agora, partiremos para uma nova escala: o Rio Grande do Norte.

Nosso desejo é, em todo o RN, aproximar a gestão e o povo potiguar. Por mais que a nossa atuação, agora, ultrapasse os limites das cidades, consideramos que é possível governar em conjunto com a sociedade.

Em um primeiro momento, os nossos servidores serão capacitados para se aproximar e ouvir a população norte-rio-grandense. O nosso foco inicial será o gestor, o qual, capacitado e motivado, poderá contribuir com a criação de uma nova forma de governar.

O passo seguinte é criar canais e estratégias inovadoras. Queremos facilitar o acesso dos cidadãos à gestão do RN, a fim de que possam apresentar as suas demandas, ampliar a nossa capacidade de diagnosticar problemas e de formular políticas mais efetivas.

- **Integração Governamental**

O nosso segundo elemento transversal se relaciona com a importância da integração dos diversos órgãos da administração pública para a formulação e a implementação das políticas públicas. O nosso foco, a partir deste elemento, é promover a **eficiência** das políticas.

Entendemos que pensar o RN de forma ampliada, e considerando os diversos atores governamentais, é essencial para que os recursos públicos sejam utilizados de forma adequada. Para tanto, faremos uma dupla integração: horizontal e vertical.

Horizontalmente, os órgãos que compõem a administração estadual direta e indireta serão estimulados a planejar em conjunto, a dialogar sobre as políticas e a buscar, de forma articulada, o desenvolvimento do RN.

A integração vertical buscará estreitar a relação do governo estadual com os entes públicos da nossa federação, ou seja, a União e os municípios. Reconhecemos que, em muitos aspectos, para promover o desenvolvimento, dependemos de recursos federais. Além disso, as nossas políticas devem seguir as diretrizes e as orientações nacionais. Desse modo, é preciso buscar o diálogo para garantir o olhar atento do Governo Federal sobre o RN.

Ainda na perspectiva vertical, a nossa atuação ocorrerá de forma conjunta com os municípios norte rio-grandenses. Reconhecemos as dificuldades dos entes locais

em formular e implementar políticas efetivas. Muitas vezes, dispõem de recursos, mas as reduzidas capacidades técnica e administrativa dificultam a elaboração de projetos que mudem a realidade local. Devemos considerar, porém, que o avanço dos municípios contribui para o desenvolvimento do Rio Grande do Norte. No mesmo sentido, as dificuldades locais contribuem para reduzir o nosso crescimento econômico e a ampliação da qualidade de vida e do bem-estar.

Trata-se de uma forma de potencializar o êxito das políticas e o alcance do desenvolvimento. Para tanto, os nossos gestores serão incentivados a pensar de forma ampla e a buscar parcerias com outros entes. Acreditamos que, ao compartilhar o conhecimento com as demais esferas de governo e experiências com as diversas realidades, ampliaremos a capacidade de planejar estrategicamente as políticas para o RN.

- **Integração Territorial**

O terceiro elemento transversal será a integração territorial. Reconhecemos que o território impõe desafios e oportunidades. Além disso, expressa a diversidade e as desigualdades locais.

Diante disso, em nossa proposta para o Rio Grande do Norte, as políticas públicas considerarão, além da integração dos entes, o território como expressão de potencialidades e das forças sociais, além de espaços de implementação das políticas. Transformaremos os territórios em espaços de cidadania e de desenvolvimento. Desse modo, os eixos, os programas e as propostas estarão articulados para a construção de um estado que possua uma política **eficaz** de gestão territorial.

A nossa atuação no RN se pautará em 3 sentidos da gestão do território: (a) **as políticas orientadas pelos territórios**; (b) **os territórios orientados pelas políticas** e (c) **o planejamento metropolitano compartilhado**.

O primeiro sentido propõe uma abordagem pautada na busca pelo desenvolvimento econômico sustentável, orientado para a geração de emprego e

renda e para a redução da pobreza e das desigualdades, a partir da ampliação das potencialidades locais. Para tanto, serão estudadas as vocações econômicas de cada município, buscando-se fomentá-las e fortalecê-las. As potencialidades dos municípios norte-rio-grandenses serão articuladas em territórios de desenvolvimento. Assim, neste enfoque, as particularidades dos municípios serão consideradas para a formação de territórios, os quais comporão a essência das nossas políticas: aqui, planejaremos **políticas orientadas pelos territórios**.

A partir dessa territorialização, as políticas públicas serão trabalhadas de forma integrada. A título de exemplo, as políticas de emprego e renda serão articuladas com ações voltadas à promoção da cultura. Além disso, promoveremos uma educação voltada à valorização das raízes e das especificidades locais.

As nossas estratégias de atuação estarão pautadas nas vocações locais e na dinamização da economia, por meio de políticas voltadas aos empreendimentos locais e à geração de emprego e renda.

O segundo sentido da integração territorial se relaciona com a origem, o histórico e as características de cada política pública. Aqui, o território será o meio para a concretização de políticas diversas, as quais se delineiam a partir de territorializações específicas. Ações voltadas à saúde, à assistência social e à gestão das águas, por exemplo, respeitarão as regionalizações já existentes ou, ainda, a necessária definição destas. O planejamento guiado pela perspectiva territorial será priorizado sem que, com isso, seja definida uma única compreensão do território, mas sim, uma **territorialização orientada pelas políticas**.

Nos dois sentidos apresentados, propõe-se, portanto, a territorialização e a interiorização das políticas públicas. Para tanto, promoveremos a aproximação entre as instâncias de governo e com o beneficiário da política, viabilizando a partilha de responsabilidades. A nossa proposta para o desenvolvimento do RN deve ser protagonizada pelos atores diversos que constroem as relações locais e não somente pelo poder público em uma única escala de atuação. Afirmamos que é possível a

articulação entre atores autônomos dos diferentes setores (governo, sociedade civil, iniciativa privada), a fim de construir o desenvolvimento.

Estimularemos o diálogo entre as diversas esferas administrativas para promover a oferta de serviços. Assim, será possível conhecer as necessidades e as potencialidades do território e atuar sobre ele com foco na demanda. Pensar políticas públicas a partir dos territórios e de suas necessidades e potencialidades é assumir que não teremos soluções únicas, mas sim, flexibilidade nas respostas de acordo com cada realidade encontrada.

Reconhecemos que o desenvolvimento social somente se efetiva em nível local e que os municípios são os atores chave na sua promoção. Ocorre que, nem sempre, a realidade da administração local é favorável à formulação e à implementação de políticas efetivas. Diante disso, é necessário reforçar o protagonismo local e a capacidade dos municípios para fazer frente à responsabilidade de execução direta das políticas públicas de desenvolvimento e de enfrentamento à pobreza.

Nesse cenário, o governo estadual também possui um papel estratégico de coordenação. Vamos promover apoio técnico às Prefeituras e ampliar as relações do governo com o terceiro setor e com a comunidade local. A nossa proposta é atuar em rede, promovendo a integração de atores e políticas, o que se fará por diversas formas de cooperação: consórcios, convênios, agências, fóruns. Vamos criar uma teia de parcerias para realizar o desenvolvimento do Rio Grande do Norte por meio de um novo modelo de governança.

Compreendemos que os desafios do RN são numerosos e complexos. Soluções simplistas não serão capazes de mudar o RN. O modelo tradicional e hierárquico de governo não vem dando conta dessa mudança, principalmente, em um contexto atual de restrições orçamentárias e financeiras. Governar em rede é promover a cooperação.

Diante disso, a **Rede de Políticas para o RN** proporcionará a troca de conhecimentos e o intercâmbio entre atores e suas experiências, convergindo

interesses para o enfrentamento da pobreza sob uma perspectiva multidimensional - questão que transcende o território. Sob esse pensamento, estimularemos a união entre os poderes locais para pensar e executar objetivos de interesse comum. A meta é regionalizar as soluções como instrumento de promoção do desenvolvimento, além de interiorizar políticas públicas, promovendo a homogeneização do desenvolvimento do RN. Para isso, o governo estadual será o ator chave da coordenação.

A função do ente estadual é potencializar as competências locais, valorizar e integrar os atores sociais, fomentar a responsabilização compartilhada e criar, de forma cooperativa e dinâmica, estratégias de diálogo, estimulando a adesão da sociedade civil às estratégias de promoção do desenvolvimento. Criaremos e coordenaremos a formação de arranjos institucionais para a gestão de projetos com a colaboração de atores públicos e privados. A partilha de responsabilidades será o ideal promovido pelo trabalho em rede. Para tanto, a nossa gestão buscará:

- a) promover a valorização de atores sociais locais, a fim de possibilitar a adesão às políticas voltadas ao desenvolvimento e, consequentemente, o envolvimento da população local nos processos de formulação e implementação das estratégias locais e regionais;
- b) ampliar e divulgar as diversas formas de cooperação existentes, coordenando o diálogo e a interação entre os atores públicos e privados;
- c) potencializar as estratégias de participação e controle social, permitindo a difusão de práticas transparentes e a realização sistemática do monitoramento e da avaliação das políticas públicas.

Nesse sentido, as políticas orientadas pelos territórios e a atuação em rede terão como estrutura básica:

Figura 1 - Proposta de atuação em rede

Coordenação pelo ente estadual	Responsabilização compartilhada
	Cooperação público-privada
	Diversas formas de cooperação entre os atores públicos
	Proatividade dos governos locais
	Monitoramento e Avaliação das Políticas

Fonte: Plano de Governo Carlos Eduardo 2019-2022.

O terceiro sentido da gestão territorial, por sua vez, se relaciona com o reconhecimento da Região Metropolitana como espaço que supera a escala do município, mas que depende deste, devendo a sua coordenação ser capitaneada pelo ente estadual, de maneira a planejar e a implementar ações orientadas por modelos de cooperação vertical (ente estadual e municípios). O fato é que a criação de regiões metropolitanas no Brasil nem sempre obedece a critérios consistentes no que diz respeito a sua institucionalização e à definição dos municípios que as compõem. Nesse sentido, a concretização do diálogo torna-se dificultosa, necessitando da esfera estadual para a promoção de políticas integradas.

O núcleo da compreensão da questão metropolitana recai sobre o reconhecimento de que as regiões metropolitanas concentram fluxos de bens, serviços e pessoas, mas também os mais graves problemas sociais, os quais, por vezes, se expressam de forma compartilhada entre os municípios. Diante disso, torna-se essencial promover o diálogo das soluções, criando um **planejamento compartilhado na metrópole**.

A Região Metropolitana de Natal foi instituída por meio da Lei Complementar Estadual nº. 152/1997. Ao longo dos anos, vários municípios foram sendo inseridos em sua composição. Atualmente, a RMN é formada por catorze municípios: Natal, Parnamirim, São Gonçalo do Amarante, Nísia Floresta, Extremoz, Ielmo Marinho, Ceará-Mirim, Macaíba, Monte Alegre, São José de Mipibu, Vera Cruz, Maxaranguape, Arês e Goianinha.

Temos, portanto, municípios diversos em suas características, mas que, por comporem um território metropolitano, devem se articular para a promoção do desenvolvimento comum.

Nesse contexto, os desafios são múltiplos e poucos foram os avanços promovidos na esfera metropolitana nos últimos anos. É preciso retomar e tornar perene o diálogo entre os entes que formam a região metropolitana de Natal, concretizando as previsões estabelecidas na Lei Federal nº 13.089/2015 (Estatuto da Metrópole), a fim de que o planejamento ocorra de forma compartilhada.

A partir desses 3 enfoques territoriais e considerando as nossas estratégias de atuação e os elementos transversais, seremos capazes de pensar e executar políticas mais viáveis e próximas das realidades locais. A partir da nossa proposta, pensamos um plano de governo exequível e que pode ser apresentado na seguinte estrutura:

Enfoque Estratégico

Figura 2 - Diagrama de organização do Plano de Governo de Carlos Eduardo (2019-2022)

Elementos Transversais

Homogeneização do desenvolvimento

Serão os norteadores da elaboração e da implementação das políticas públicas nas diversas áreas de atuação do governo.

Interiorização das Políticas Públicas

Desenvolvimento Econômico e Enfrentamento da Pobreza

Modernização da Gestão

Gestão Democrática e Participativa

Considera a necessidade/possibilidade de uma atuação transparente e democrática em todos os níveis de governo e em todas as áreas das políticas públicas.

Integração Governamental

Destaca a importância da integração dos diversos órgãos da administração pública na implementação das políticas públicas.

Integração Territorial

Orienta a territorialização e a integração das políticas públicas, objetivando o desenvolvimento sustentável e a redução das desigualdades.

Políticas orientadas pelos territórios

Territórios orientados pelas políticas

Planejamento compartilhado

SENTIDOS DA GESTÃO TERRITORIAL

20

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO

Desenvolvimento a partir das vocações e dinamização da economia

Interiorização das políticas públicas

Inovações na gestão

Planejamento e gestão metropolitana

Gestão em REDE

Tomando como base os 3 sentidos do território apresentados e os elementos transversais delineados no presente plano, o resultado será a criação de processos inovadores de planejamento e gestão que abrangerão (a) a participação social de diversos atores sociais na tomada de decisão; (b) o planejamento de ações que superem a visão setorial das políticas e os limites físicos dos município, criando a cultura do planejamento e da gestão interescalar e multisetorial e (c) a criação de estratégias de coordenação das políticas públicas e dos entes governamentais, a fim de promover a cooperação voltada ao desenvolvimento.

Promoveremos, portanto, o desenvolvimento econômico e a cidadania, com o nosso olhar voltado para as políticas, os territórios e as pessoas, reconhecendo que os municípios possuem responsabilidades amplas e o ente estadual detém a capacidade de coordenação dos desafios. Para tanto, é necessário modernizar a gestão e buscar estratégias múltiplas de combate à pobreza, levando as políticas públicas a alcançar os mais distantes caminhos no território do nosso RN. A seguir, detalharemos as nossas propostas para o Rio Grande do Norte.

EIXOS DE ATUAÇÃO

- **EIXO - Desenvolvimento Governamental**

O Eixo I orientará o Governo do Estado na sua formatação administrativa, ao passo que dará as diretrizes para a implementação de uma gestão orçamentária, fiscal e previdenciária que torne possível o equilíbrio das finanças estaduais. A partir de ações planejadas, poderemos colocar a folha de pagamento dos servidores estaduais em dia, como também implementar as políticas públicas que potencializem a capacidade de resposta da gestão.

Sabemos que o servidor estadual vem vivenciando, em conjunto com o atraso de salários, a redução de sua autoestima e do seu estímulo para o trabalho. Precisamos mudar essa realidade. A valorização requer não somente a priorização da pontualidade do pagamento pelo seu trabalho, mas sim, reconhecer que o servidor e a servidora possuem papel estratégico para o sucesso das políticas governamentais. São eles que recebem as demandas, dialogam com o público alvo das ações, analisam prioridades, formulam estratégias, executam e avaliam o sucesso das políticas planejadas. Para que a sua atuação concreta seja efetiva e mude a realidade do nosso RN, é necessário investir na sua capacitação e no compartilhamento de saberes entre os servidores estaduais e municipais.

Na questão orçamentária e fiscal, é urgente a promoção do reequilíbrio das contas públicas estaduais. Governar o Rio Grande do Norte, no contexto atual, requer muito mais responsabilidade e sacrifícios. Dessa forma, nos comprometemos em realizar a adequação da estrutura governamental, realizando uma reforma administrativa e modificando as dinâmicas de atuação do governo, tornando-o mais eficiente, efetivo e eficaz nas respostas às demandas da população.

No âmbito da gestão previdenciária, a ser desenvolvida perante o Instituto de Previdência dos Servidores Estaduais (IPERN), impõe-se a necessidade da implementação de uma política austera e, ao mesmo tempo, técnica, visando à recuperação e à revitalização da Previdência Social do Estado do Rio Grande do

Norte, com a imediata retomada das medidas necessárias à recuperação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Norte (RPPS/RN), por meio da tomada de ações que garantam o retorno do saneamento econômico-financeiro do RPPS/RN. Buscaremos resgatar a sua credibilidade, valendo-se, para tanto, de uma revisão necessária e precisa de toda a legislação previdenciária estadual, bem como da implantação de rotinas administrativas voltadas para a modernização dos processos inerentes à Autarquia Previdenciária, com o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos e programas de tecnologia da informação (TI), os quais são utilizados na gestão previdenciária do referido Órgão Gestor, sem se distanciar da adoção de medidas que promovam a transparência das ações realizadas. Um dos nossos objetivos será garantir a plena cobertura de todos os beneficiários do referido Regime Próprio de Previdência Social, notadamente quanto ao custeio de todos os eventos previdenciários (invalidez, moléstia profissional, doença, acidente em serviço, idade avançada, reclusão e morte, além de proteger a maternidade e a família) alcançados pela Lei Complementar estadual nº. 308/2005 e em estrita obediência ao disposto no art. 40, da Constituição Federal de 1988.

Acreditamos que a gestão pública não se faz apenas dentro dos gabinetes. Dessa forma, como fizemos na gestão à frente da administração de Natal, faremos também no Rio Grande do Norte. Colocaremos em perspectiva as receitas e as despesas, abrindo espaços para a população norte-rio-grandense participar e monitorar a gestão e os novos rumos que pretendemos dar. Isso se faz dando mais transparência às ações de governo e possibilitando a participação e o controle social. O presente eixo também indicará as ações a serem realizadas para dar mais transparência à gestão pública estadual, como também promover a participação popular e o controle social, características da nossa administração à frente da Prefeitura do Natal já testadas e aprovadas pela população da capital.

Neste sentido, ampliaremos e consolidaremos os instrumentos de controle e fiscalização das contas públicas do governo, a fim de garantir o máximo de transparência e combater, obsessivamente, a corrupção.

Garantir o desenvolvimento do Rio Grande do Norte não significa olharmos, exclusivamente, para a administração estadual. Os municípios também precisam se desenvolver. Neste sentido, buscaremos garantir a esses entes o suporte técnico necessário, seja no planejamento governamental, seja na elaboração de projetos e captação de recursos, objetivando que estes entes consigam acompanhar as transformações do RN.

O presente eixo trará os elementos pensados para a mudança na administração do Rio Grande do Norte, primando pelo respeito aos recursos públicos e aos cidadãos potiguares.

As nossas propostas para o RN:

- **Gestão Orçamentária e Fiscal**

- ✓ Promover, de forma planejada, a adequação da estrutura organizacional do Estado, possibilitando maior capacidade de resposta do governo às demandas da população e, ao mesmo tempo, a redução da folha de pagamento;
- ✓ Estudar e implementar estratégias para promover a qualidade do gasto pela administração pública estadual, analisando as despesas orçamentárias, reavaliando os contratos vigentes e revendo os gastos com custeio, a fim de promover a economicidade e a eficiência da gestão;
- ✓ Fomentar o estabelecimento de um pacto entre os poderes estaduais (executivo, legislativo, judiciário e Ministério Público), a fim de discutir e implementar estratégias capazes de restabelecer a normalidade das contas públicas estaduais, recuperando a capacidade de investimento do governo estadual;

- ✓ Realizar um estudo da folha de pagamento do governo estadual (ativos e inativos), identificando os gargalos da gestão de pessoas e analisando formas de promover o equilíbrio dessa despesa com a receita estadual, possibilitando o pagamento em dia dos salários dos servidores estaduais;
- ✓ Implementar uma política visando à recuperação e à revitalização da Previdência Social do Estado do Rio Grande do Norte, com a imediata tomada das medidas necessárias à recuperação do equilíbrio financeiro e atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio Grande do Norte (RPPS/RN), por meio de ações que garantam o retorno do saneamento econômico-financeiro do RPPS/RN, a fim de resgatar a sua credibilidade, valendo-se, para tanto, de uma revisão necessária e precisa de toda a legislação previdenciária estadual, bem como da implantação de rotinas administrativas voltadas para a modernização dos processos inerentes à Autarquia Previdenciária, com o contínuo aperfeiçoamento dos instrumentos e programas de tecnologia da informação (TI), sem se distanciar da adoção de medidas que promovam a transparência das ações realizadas;
- ✓ Garantir a plena cobertura de todos os beneficiários do Regime Próprio de Previdência Social, notadamente quanto ao custeio de todos os eventos previdenciários alcançados pela Lei Complementar estadual nº. 308/2005 e em estrita obediência ao disposto no art. 40, da Constituição Federal de 1988;
- ✓ Estudar formas de promover a melhoria da arrecadação do ente estadual, planejando mecanismos para aumentar as receitas próprias do governo, combatendo a sonegação de impostos;
- ✓ Promover a recuperação de créditos por meio da criação de um Programa de Recuperação da Dívida Ativa Estadual;
- ✓ Qualificar a Política de Incentivos Fiscais, tornando-a mais seletiva com base no perfil do empreendimento e nas estratégias de localização, a fim de prover maior impacto na geração de emprego e no aumento da receita pública;

- ✓ Implementar fronteiras integradas, a fim de ampliar o controle, a fiscalização e a repressão de delitos praticados em faixas de fronteira.

- **Transparência e Participação Social**

- ✓ Aprimorar o Portal da Transparência do Governo Estadual, disponibilizando informações sobre a administração dos recursos públicos (receitas e despesas), permitindo um efetivo controle social e o acompanhamento das decisões;
- ✓ Implementar o Orçamento Participativo em nível estadual, a partir do recorte territorial do RN;
- ✓ Divulgar informações acerca do ciclo orçamentário estadual, em linguagem acessível à população do RN;
- ✓ Ampliar e dinamizar os espaços de participação social, como as conferências estaduais, as plenárias públicas temáticas, as audiências públicas, buscando potencializar a participação e o debate no planejamento das políticas públicas;
- ✓ Fortalecer o Planejamento Estratégico, introduzindo a discussão territorial nas diversas esferas de participação;
- ✓ Criar o Conselho Estadual e os Conselhos Regionais de Desenvolvimento Sustentável;
- ✓ Valorizar e apoiar os conselhos (estaduais e regionais) gestores das políticas públicas, visando a fortalecer a democracia participativa no âmbito da gestão pública do governo estadual;
- ✓ Realizar programas de capacitação e de fortalecimento dos conselhos gestores nas diversas áreas das políticas públicas;
- ✓ Criar um Comitê Estratégico de Acompanhamento do Plano Plurianual com representantes do poder público e da sociedade civil organizada, a fim de realizar o monitoramento sistemático da execução desse instrumento;

- ✓ Criar um fórum permanente de discussão com os movimentos sociais dos territórios do RN e com os segmentos da sociedade civil, a fim de possibilitar o encaminhamento de suas propostas aos conselhos de políticas públicas para apreciação e deliberação;

▪ Modernização da Gestão

- ✓ Integrar todo o sistema de informática do governo estadual, com ênfase no sistema de compras;
- ✓ Fortalecer a Controladoria Geral do Estado, reforçando a transparência e a impessoalidade nos processos de licitação e de terceirização, por meio da formação de comissões de licitação e do planejamento mais eficiente das despesas;
- ✓ Apoiar os municípios norte-rio-grandenses, por meio do Programa Estadual de Apoio à Gestão Municipal, o qual prevê a instituição de canais de interação como a Sala de Atendimento Institucional, a fim de proporcionar o diálogo e a integração entre o governo estadual e os municípios e ampliar a capacidade institucional dos entes locais;
- ✓ Criar grupos de trabalho interinstitucionais e multissetoriais que possibilitem a participação de setores estratégicos no planejamento das ações governamentais;
- ✓ Implantar uma Política Estadual de Avaliação Institucional e de Monitoramento e Avaliação das Ações do Poder Público;
- ✓ Implementar uma Política Estadual de Gestão de Tecnologias da Informação.

▪ Qualidade de Vida e Valorização do Servidor

- ✓ Formular e implementar programa de qualidade de vida do servidor estadual, com operacionalização focada nos territórios a partir da formação de comissões regionais;

- ✓ Estabelecer uma política estadual de gestão integrada de pessoal, visando ao desenvolvimento profissional do funcionalismo público da gestão;
- ✓ Diversificar as atividades desenvolvidas pela Escola de Governo com programas de capacitação e qualificação profissional permanentes e de longa duração voltados para os servidores das diversas áreas, objetivando a valorização dos servidores e maior qualidade na prestação de serviços públicos;
- ✓ Implementar o Projeto Capacitar, voltado ao servidor público estadual que atua no interior do Rio Grande do Norte, ofertando cursos exclusivos e voltados a sua área de trabalho;
- ✓ Qualificar o servidor estadual para o planejamento e a gestão de políticas participativas, enfocando a teoria e a prática do planejamento democrático como estratégia inovadora de gestão.

- **EIXO - Desenvolvimento Sustentável e Integração Regional e Metropolitana**

Neste eixo, concentram-se algumas das principais políticas orientadas pelo território: as políticas voltadas à preservação ambiental e à integração física e do planejamento das cidades. Essas e outras ações considerarão as características físicas, sociais e culturais das cidades e das regiões do RN, visando à promoção do desenvolvimento local a partir de uma perspectiva sustentável.

Cada um dos 167 municípios norte-rio-grandenses possui características físicas e naturais que são essenciais à promoção do desenvolvimento local. Para tanto, é necessário, de um lado, descobrir e valorizar as vocações naturais de cada município e, de outro, promover a preservação e a conservação ambiental. A síntese dessa ideia será a busca pela concretização de ações governamentais que se pautem no desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento local sustentável, contudo, ainda é um desafio para os municípios potiguares. Nesse sentido, o governo estadual deve incentivar tanto a

dinamização das economias, quanto a promoção de políticas pautadas nas vocações, devendo buscar, ainda, a preservação e a conservação do meio natural.

Desse modo, no que diz respeito à sustentabilidade e à gestão ambiental, algumas temáticas principais serão enfocadas. Dentre elas, a gestão integrada dos recursos hídricos, a qual deverá combinar a busca por maior eficiência e o uso racional da água com a promoção da sua qualidade. É preciso reconhecer que o RN não apresenta condições favoráveis de oferta natural de recursos hídricos, o que decorre do nosso regime pluviométrico irregular e de um meio físico que não facilita a disponibilidade hídrica. Assim, torna-se necessário implementar políticas públicas, a exemplo das ações voltadas à irrigação, que possibilitem a promoção dos usos múltiplos da água.

A gestão e a distribuição da água terão como prioridade o abastecimento humano, devendo, para tanto, obedecer a critérios sociais, econômicos e ambientais. Dessa forma, a nossa atuação será, portanto, pautada pelas características do território, observando-se, ainda, a articulação intergovernamental com os demais entes públicos.

A gestão das bacias hidrográficas também representa uma forma de promover a integração regional, pensando políticas públicas articuladas para os municípios norte-rio-grandenses.

Além disso, outras ações voltadas à preservação ambiental serão estimuladas e apoiadas pelo governo estadual, como a implementação das diretrizes previstas no Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Vamos apoiar os municípios para que realizem a gestão adequada com a destinação dos resíduos em aterros sanitários e com a implementação de programas de coleta seletiva.

Os municípios do RN podem unir esforços para a universalização dos serviços de saneamento como um todo, o que deverá ocorrer por meio de estratégias pactuadas, e o governo estadual vai atuar para garantir que isso aconteça de forma efetiva.

É necessário garantir o esgotamento sanitário para todos os cidadãos do Rio Grande do Norte. Trata-se não apenas uma questão ambiental, mas também de um investimento em saúde pública. Por isso, por meio de ações planejadas, esse serviço deve ser levado ao interior do RN.

Nesse sentido, atuaremos para promover a expansão das ações de promoção do saneamento básico às demais cidades do Rio Grande do Norte, a preservação dos ecossistemas, a gestão das unidades de conservação e a promoção da educação ambiental. Cumpriremos o nosso dever de proteger o meio ambiente e combater a poluição em todas as suas formas.

A gestão ambiental como um todo receberá atenção do nosso governo. Reconhecemos que o RN é diverso em belezas naturais e que elas representam uma das nossas maiores riquezas, capazes de alavancar o nosso desenvolvimento por meio do turismo. Nesse sentido, fortaleceremos os órgãos responsáveis pela gestão ambiental, a fim de que eles possam dar respostas mais efetivas e rápidas, aliando a preservação ambiental à atração de investimentos para o RN.

No que tange à integração regional, as políticas voltadas à mobilidade terão como norte a facilitação do deslocamento do cidadão pelo RN, por meio da melhoria das estradas e do investimento em políticas que tenham como enfoque a priorização do transporte coletivo. Sabemos que a economia também depende dos transportes, das condições de nossas estradas e dos fluxos de bens e pessoas no interior das cidades, mas, principalmente, entre os municípios. A dificuldade de locomoção e de acesso às cidades norte-rio-grandenses pode, inclusive, impactar negativamente o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, buscaremos o aprimoramento dos sistemas de transporte no RN, favorecendo a integração e possibilitando ao cidadão o acesso livre e facilitado ao território potiguar e, ao mesmo tempo, a ampliação das trocas econômicas.

É preciso reconhecer que o crescimento populacional das cidades deve estar acompanhado por políticas que favoreçam o seu desenvolvimento de forma

integrada a outros municípios. Nesse sentido, estão previstas, também, as propostas voltadas ao planejamento e à gestão compartilhada no território metropolitano.

O território metropolitano impõe desafios diversos e compartilhados. A solução destes se relaciona com a formulação e a implementação de políticas comuns. Entretanto, nem sempre os entes municipais conseguem estabelecer mecanismos de cooperação. Para isso, o governo estadual possui papel chave na coordenação dos municípios.

Trata-se de uma diretriz importante para consolidar o processo de planejamento metropolitano e que vem sendo descumprido na Região Metropolitana de Natal. A nossa região metropolitana foi criada em 1997 e conta, atualmente, com 14 municípios que atuam de forma individualizada sem que existam ações conjuntas para a solução de problemas que são comuns. Além disso, a nossa região metropolitana conta com instâncias de planejamento formalizadas, mas sem funcionamento, o que distancia a busca de soluções em um viés metropolitano.

De forma geral e em todas as áreas das políticas públicas, a nossa atuação estará pautada na consolidação do planejamento realizado de forma dialogada. A integração (regional, metropolitana e governamental) será a palavra de ordem. Somado a isso, promoveremos políticas em rede. Por meio da Rede Estadual de Políticas Públicas, o governo articulará atores para a concretização de suas responsabilidades, promovendo a eficiência da aplicação de recursos. O nosso governo criará e coordenará a formação de arranjos institucionais para a gestão de projetos com a colaboração de atores públicos e privados. A partilha de responsabilidades será realizada pelo trabalho em rede.

As nossas propostas para o RN:

- **Integração Regional e Gestão Metropolitana**
- ✓ Criar a Rede de Políticas para o RN, promovendo a convergência de interesses para o enfrentamento da pobreza sob uma perspectiva multidimensional;

- ✓ Promover a valorização de atores sociais locais, a fim de possibilitar a adesão às políticas voltadas ao desenvolvimento e, conseqüentemente, o envolvimento da população local nos processos de formulação e implementação das estratégias locais e regionais;
- ✓ Ampliar e divulgar as diversas formas de cooperação existentes, coordenando o diálogo e a interação entre os atores públicos e privados;
- ✓ Viabilizar o cumprimento das diretrizes previstas no Estatuto da Metrópole no âmbito da Região Metropolitana de Natal, promovendo a coordenação dos demais membros para a efetivação do planejamento, da gestão e da execução das funções públicas de interesse comum;
- ✓ Reativar o Conselho de Desenvolvimento Metropolitano de Natal, como forma de implantar um processo permanente e compartilhado de planejamento e de tomada de decisão;
- ✓ Retomar e ampliar os grupos temáticos de discussão, viabilizando o planejamento compartilhado das políticas públicas setoriais em âmbito metropolitano;
- ✓ Fomentar a institucionalização do fórum dos secretários de planejamento dos municípios da Região Metropolitana de Natal;
- ✓ Criar um ambiente institucional propício à governança interfederativa entre os membros da Região Metropolitana de Natal, estimulando o compartilhamento de responsabilidades e ações nas mais diversas áreas das políticas públicas;
- ✓ Garantir, na Região Metropolitana de Natal, a concretização dos demais elementos que compõem uma gestão plena, conforme o Estatuto da Metrópole, dentre eles a criação de uma estrutura de governança interfederativa própria e a elaboração do plano de desenvolvimento urbano integrado;

- ✓ Proporcionar a participação de representantes da sociedade civil, por meio da inserção em instância colegiada deliberativa, no planejamento e no acompanhamento das políticas públicas no âmbito da Região Metropolitana de Natal.

- **Transportes**

- ✓ Criar um grupo de estudo sobre transportes, de caráter consultivo, aliando seu trabalho ao processo de elaboração de planos regionais de desenvolvimento;
- ✓ Promover a complementação das redes primária e secundária, articulando todo o território estadual com as redes principais;
- ✓ Apoiar a modernização dos terminais portuários de Natal e Areia Branca, segundo formato de parceria a ser discutido com as autoridades portuárias quanto aos projetos de infraestrutura rodoferroviária de suporte, objetivando a melhoria da logística de transportes;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento de projeto de terminal graneleiro de Porto do Mangue, integrando-se os agentes sociais e econômicos com interesse em sua implementação;
- ✓ Acompanhar e apoiar as obras federais na rede rodoferroviária do RN;
- ✓ Definir e implantar um plano de investimento orientado para recuperar padrões mínimos de níveis de serviço na malha rodoviária estadual, priorizando a conexão entre esta e a rede primária (federal) e certificando-se de que as sedes municipais estejam devidamente atendidas;
- ✓ Criar e implementar plano de recuperação e incentivo à aviação regional;
- ✓ Apresentar ao Governo Federal plano de interligação da rede ferroviária estadual à ferrovia Transnordestina e fazer gestão da sua implantação, visando a ampliar a logística de escoamento da produção estadual e nacional através dos portos e aeroporto;

- ✓ Rever o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável da Região Metropolitana de Natal (RMN) e o Plano Diretor de Transportes Metropolitanos;
- ✓ Desenvolver esforços, em conjunto com a CBTU, a fim de promover a modernização, ampliação e aperfeiçoamento dos serviços ferro(metro)viários;
- ✓ Resgatar os organismos de participação social e comunitária na política de transportes, tais como Conselhos Estaduais de Transporte Público, de Desenvolvimento da Infraestrutura Viária e, principalmente, o Conselho Metropolitano de Transportes da RMN;
- ✓ Desenvolver estudos que viabilizem a criação de um Consórcio de Transportes Públicos com funções gestoras compartilhadas com os municípios, cujo objetivo principal será promover a integração institucional, regulatória e operacional do sistema de bilhetagem eletrônica do transporte público no interior da Região Metropolitana de Natal e demais regiões do RN;
- ✓ Delinear e implementar uma política de melhoria dos terminais rodoviários de passageiros, de forma integrada com os municípios interessados e parceiros privados, envidando esforços para promover a implantação de novos terminais, a recuperação de terminais existentes e, em caso de situações de não-aproveitamento dos existentes, a requalificação de uso;
- ✓ Municipalizar as rodovias estaduais dentro da área urbana dos municípios, a partir da pactuação com os entes municipais;
- ✓ Criar e implementar o projeto TRÂNSITO SEM VIOLÊNCIA, implantando e implementando ações de promoção de saúde e de prevenção de acidentes, objetivando a mudança de hábitos, de atitudes, de valores culturais que interferem na ocorrência dos acidentes de trânsito, melhorando a qualidade da informação e reduzindo as taxas de morbimortalidade.

- Saneamento

Planejamento e Gestão

- ✓ Apoiar a universalização dos serviços de saneamento básico nos municípios do Rio Grande do Norte;
- ✓ Apoiar os municípios na elaboração e na implementação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, por meio da SEMARH;
- ✓ Implementar o Plano Estadual de Saneamento Básico, integrando-o aos Planos Municipais;
- ✓ Desenvolver ações para elaboração e implementação de lei estadual que trate do Saneamento Básico das Comunidades Rurais, definindo um modelo de gestão e uma entidade estadual responsável pelo setor.

Infraestrutura de Esgotamento Sanitário

- ✓ Finalizar as obras de esgotamento sanitário da capital, acelerando as obras das estações de tratamento de esgotos do Guarapes e Jaguaribe;
- ✓ Concluir as obras de esgotamento sanitário de Parnamirim e de Macaíba, universalizando o atendimento nessas cidades;
- ✓ Formular o Plano Diretor de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Natal, integrando os sistemas operados pela CAERN e os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE's municipais);
- ✓ Priorizar obras de esgotamento sanitário em áreas de influência na recarga dos aquíferos e áreas de interesse social.

Infraestrutura de Abastecimento de Água

- ✓ Substituir as redes em cimento amianto na cidade de Natal;
- ✓ Ampliar e modernizar o sistema de abastecimento de água de Natal e de Nova Parnamirim;
- ✓ Concluir as obras de ampliação do sistema de abastecimento de água de Mossoró e a interligação da adutora do Apodi;
- ✓ Implantar sistemas de abastecimento água em comunidades rurais, a fim de garantir a adequada prestação de serviço de abastecimento nessas localidades.

Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos e Limpeza Pública

- ✓ Impulsionar a implantação do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- ✓ Articular, entre os municípios metropolitanos, a implantação do sistema integrado para coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos;
- ✓ Apoiar os arranjos intermunicipais já implantados no RN, por meio da ampliação da participação do governo estadual junto aos Consórcios Públicos Intermunicipais de Resíduos Sólidos e de Saneamento Básico;
- ✓ Apoiar os Consórcios Públicos Intermunicipais de Resíduos Sólidos e de Saneamento Básico na busca de fontes de financiamento público ou parcerias com instituições privadas para ações na área de resíduos sólidos e a erradicações de lixões no RN, priorizando:
 - Aterro Sanitário de Caicó e 03 estações de transbordo: beneficiando 26 municípios da região do Seridó;

- Aterro Sanitário de Pau dos Ferros e 07 estações de transbordo: beneficiando 44 municípios da região do Alto Oeste;
 - Aterro Sanitário de Assú: beneficiando 25 municípios da região do Assú e 08 estações de transbordo;
 - Aterro Sanitário de João Câmara e/ou 03 Estações de Transbordo: beneficiando 15 municípios da região do Mato Grande;
 - Aterro Sanitário de Santa Cruz e/ou 01 Estação de Transbordo: beneficiando 15 municípios da região do Mato Grande;
 - Estações de Transbordo na região Agreste: beneficiando 40 municípios da região do Agreste;
-
- ✓ Apoiar a ampliação de programas de coleta seletiva nos municípios do RN, promovendo a gestão integrada de resíduos sólidos;
 - ✓ Apoiar a implantação de usinas de reciclagem de resíduos da construção civil para que os produtos obtidos possam ser utilizados em obras das próprias prefeituras tais como, base para pavimentos, blocos de construção de casas, guias e meio-fio, além de implantação de um aterro sanitário metropolitano para os resíduos não passíveis de reutilização;
 - ✓ Implantar e implementar planos, programas e projetos de recuperação ambiental de lixões, priorizando os de grande porte e áreas de interesse social.

▪ Recursos Hídricos

Gestão Integrada das Águas

- ✓ Realizar a conclusão da revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos;
- ✓ Regulamentar a cobrança pelo uso da água, já prevista na Lei Estadual 6.908/96 e na Lei Federal (Das Águas) 9.433/97, utilizando-se a receita para dar suporte à contratação de quadros para o Instituto de Gestão das Águas

do Estado do Rio Grande do Norte - IGARN e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH;

- ✓ Implantar política, plano e programa de reuso controlado de águas oriundas de esgotos domésticos tratados;
- ✓ Implantar política, plano e programa de uso racional das águas e aproveitamento imediato das águas de chuva no meio urbano e rural;
- ✓ Avaliar a real capacidade hídrica dos aquíferos do RN, sobretudo do Arenito Açu na Bacia Potiguar, tanto na sua porção aflorante, como na área confinada (importante reserva estratégica de água na região do Semiárido), a fim de dar suporte à garantia hídrica em períodos de escassez como forma de viabilizar o manejo estratégico dos recursos hídricos;
- ✓ Desenvolver estudo para integração dos sistemas adutores do Rio Grande do Norte, possibilitando uma maior segurança hídrica dos mesmos;
- ✓ Desenvolver esforços buscando garantir recursos para a elaboração de estudos adequados, bem como para a implementação de obras de prevenção a erosão e proteção costeira, visando garantir a segurança ambiental dessas áreas;
- ✓ Ampliar o conteúdo do banco de dados do Sistema Integrado de Georreferenciamento Hídrico e Meio Ambiente do RN (SIGMA), a fim de instrumentalizar os órgãos estaduais nas ações de gestão, planejamento, fiscalização e monitoramento na área de recursos hídricos e meio ambiente, baseado nessa plataforma;
- ✓ Elaborar e implementar planos das bacias hidrográficas, a fim de ordenar a gestão dos recursos hídricos no Rio Grande do Norte.

Infraestrutura Hídrica

- ✓ Construir um sistema das águas no Seridó, o que consistirá em um conjunto de obras a partir da barragem de Oiticica, que integrará açudes e adutoras, condição fundamental para sustentabilidade hídrica, garantindo a revitalização dos perímetros irrigados e abastecimento de água para a população dos municípios da região;
- ✓ Elaborar estudos e projetos que visem ao atendimento urbano da Região Metropolitana de Natal, definindo novos mananciais, possivelmente nos vales úmidos da região norte, incluindo as águas subterrâneas do Barreiras e a compatibilização de uso da água nessa região;
- ✓ Ampliar o programa de implantação dos dessalinizadores para abastecimento de água em comunidades rurais;
- ✓ Projetar e operar sistema de dessalinização de água do mar, a fim de adquirir experiência técnica e analisar a viabilidade da sua utilização em caso de ocorrência de modificações climáticas, que comprometa a segurança hídrica;
- ✓ Captar recursos financeiros para desenvolver um amplo programa de obras emergenciais que abranjam:
 - a) Captação de água a partir de:
 - poços profundos no Aquífero Barreiras com reforço ao suprimento de água dos municípios de Espírito Santo, Várzea, Jundiá e Santo Antônio;
 - poços profundos no Aquífero Arenito-Açu no município de Afonso Bezerra, como alternativa de suprimento da adutora Sertão Central Cabugi e Macau-Guamaré;
 - poços profundos perfurados no Aquífero Açu (Sítio Carrasco), para abastecimento de Mossoró através de adutora existente; .

- poços profundos perfurados no Aquífero Açu (Apodi), para suprimento de água para adutora Alto Oeste.

b) Construção de Adutoras:

- Adutora expressa ligando as barragens de Santa Cruz a de Pau dos Ferros, o que possibilitará o atendimento de água a 12 municípios;
 - Adutora Afonso Bezerra-Pendências-Macau;
 - Adutora Afonso Bezerra-Angicos para a garantia de suprimento para adutora Sertão Central Cabugi;
 - Captação integrada das adutoras na Armando Ribeiro Gonçalves;
 - Adutora Jardim do Seridó;
 - Nova adutora para Currais Novos-Acari;
 - Nova adutora Piquiri-Nova Cruz;
 - Adutora Umari-Campo Grande.
-
- ✓ Realizar a perfuração de poços pioneiros, visando à identificação de áreas promissoras com água de boa qualidade para abastecimento humano, como forma de garantir segurança hídrica, nos momentos de estiagem intensa;
 - ✓ Estruturar programa de desassoreamento e recuperação das barragens para ampliar a capacidade de acumulação e a segurança dessas estruturas.
-
- **Gestão Ambiental**
-
- ✓ Promover o fortalecimento institucional dos componentes do sistema de Gestão Ambiental do RN;
 - ✓ Criar e ampliar unidades de conservação ambiental, oferecendo estrutura adequada para o manejo sustentável;

- ✓ Apoiar e ampliar o programa de gestão compartilhada com os municípios, fomentando o diálogo e criando diversas estratégias de pactuação entre os entes;
- ✓ Combater o processo de desertificação no Rio Grande do Norte, por meio da formulação e implementação de políticas públicas integradas, que permitam a convivência sustentável;
- ✓ Realizar estudos para identificar as áreas vulneráveis à erosão costeira, elaborando estratégias de gerenciamento para a recuperação da faixa praial, para a proteção das áreas dunares, dos estuários e das falésias;
- ✓ Promover o zoneamento ecológico econômico das regiões do RN, a fim de orientar o desenvolvimento econômico e social em conformidade com a proteção ambiental;
- ✓ Fortalecer as ações de Educação Ambiental no Rio Grande do Norte, por meio de estratégias e políticas integradas;
- ✓ Fortalecer o Fundo Estadual de Preservação do Meio Ambiente (FEPEMA), revendo normas e fontes de recursos, a fim de destiná-los para projetos e iniciativas comunitárias de proteção e defesa do meio ambiente, combate e prevenção do processo de desertificação nos municípios;
- ✓ Ampliar e fortalecer as ações voltadas para a gestão compartilhada na implementação da Política Estadual de Meio Ambiente;
- ✓ Implantar programas na área ambiental, priorizando aqueles voltados para a promoção da educação ambiental e para o monitoramento ambiental com ênfase nos recursos hídricos, ambientais e nos aspectos florestais;
- ✓ Implantar programas voltados à conservação e à proteção ambiental dos biomas (Caatinga e Mata Atlântica) destinando um percentual dos recursos provenientes da arrecadação das licenças para:

- a) a elaboração e a implantação do Zoneamento Ecológico Econômico do Estado;
 - b) o fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação Estadual por meio da elaboração/implementação dos Planos de Manejo, estimulando o funcionamento dos colegiados das unidades de conservação já criadas, priorizando os programas de apoio à visitação, monitoramento e fiscalização, e definindo alternativas de autogestão com o controle do órgão executor;
 - c) o incentivo à implantação de um programa permanente de identificação e criação de áreas a serem especialmente protegidas, ampliando o percentual em relação à área total do estado;
 - d) o estímulo ao uso das Unidades de Conservação para fins turísticos como atrativo potencial do desenvolvimento sustentável do RN, observadas as normas legais e precedido de plano de manejo;
- ✓ Estabelecer parcerias, por meio de convênios com entidades acadêmicas, para capacitar e qualificar pessoal técnico e a realizar estudos e pesquisas na área de desenvolvimento urbano e ambiental com foco nos recursos hídricos e no saneamento básico.

- **EIXO - Desenvolvimento Humano e Social**

As políticas que compõem o eixo de Desenvolvimento Humano e Social possuem como foco principal as pessoas. Sempre foi uma marca da nossa gestão a atenção voltada a cada cidadão. No governo estadual, essa atuação não será diferente.

Para nós, a promoção do desenvolvimento humano e social tem relação com o enfrentamento da pobreza em uma perspectiva multidimensional, gerada por diversos fatores e que somente será reduzida por meio de ações multissetoriais. O nosso objetivo principal é promover direitos por meio de diversas políticas públicas.

Em nível estadual, teremos o papel de coordenação de ações que visam à concretização de uma educação universal e de qualidade. É nosso dever proporcionar meios de acesso do cidadão à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação. Reconhecemos o direito à educação como a base para a promoção do desenvolvimento do indivíduo e a ampliação de suas oportunidades. Para tanto, é necessário integrar a educação com políticas de acesso à inovação.

A nossa proposta para a educação situa-se no atual contexto da sociedade no Século XXI, no qual ganha relevância a relação entre a inovação pedagógica de base tecnológica e os parâmetros qualitativos apoiados em ferramentas inteligentes.

Partimos do princípio de que a valorização da escola pública não pode ser um discurso ou uma retórica. Essa política se constrói a cada dia, pautando-se nos marcos regulatórios da Educação, no planejamento de ações concretas e sustentáveis e nas responsabilidades compartilhadas entre governo, gestores, comunidade escolar e a sociedade. É preciso transformar o cenário da educação pública. E isso só ocorrerá com base em um trabalho persistente e continuado, fruto do trabalho do professor, do investimento real na valorização pedagógica da escola pública, dos seus docentes e de toda equipe técnica. É isso que nós faremos.

Além disso, deve-se reconhecer que o Rio Grande do Norte é rico em história e em manifestações culturais. Devemos formular e implementar políticas que e, ao mesmo tempo, protejam o nosso patrimônio e as nossas raízes e proporcionem meios de acesso às obras e bens de valor histórico, artístico e cultural de forma integrada às políticas de educação.

A saúde que, por sua vez, será promovida por meio do acesso universal e igualitário. O nosso enfoque será a proteção do cidadão e da cidadã potiguar,

garantindo condições de bem-estar físico, mental e social. O Sistema Único de Saúde brasileiro estabelece um conjunto de ações que devem estar coordenadas entre si, segundo princípios e diretrizes fixados em lei. Por ser um sistema, as partes que formam essa estrutura integram uma rede regionalizada. Nesse caso, a política de saúde orientará as ações a ser concretizadas no território potiguar. A nós, como governo estadual, compete a promoção das ações de média e alta complexidade, bem como cabe o suporte aos municípios para que realizem as suas funções em escala local. Vamos trabalhar para garantir a todos os potiguares o acesso a um serviço de qualidade e que garanta a dignidade.

Consideramos que a garantia do bem-estar do cidadão e da cidadã potiguar pode ser ampliado a partir de políticas de esporte e lazer, as quais também contribuem com a educação e com a redução da vulnerabilidade social. Nesse sentido, fomentaremos a implementação de políticas de esporte e lazer nos municípios norte-rio-grandenses. Para tanto, ações nas áreas de saúde, assistência, educação e turismo serão integradas para desenvolver com eficácia projetos multissetoriais voltados à promoção do esporte. Vamos incentivar a dinamização da prática esportiva sustentável, ao ar livre e em contato com a natureza, estimulando um maior envolvimento da população e o fortalecimento do turismo para as regiões do RN.

O enfrentamento da pobreza e a garantia do desenvolvimento humano e social também passam pela oferta de políticas de assistência social. Temos como uma de nossas responsabilidades, combater a pobreza e as suas causas, bem como os fatores de marginalização. É preciso destinar atenção e cuidados a setores vulneráveis da população, oferecendo possibilidades de melhoria das condições de vida e acesso a novas oportunidades. Para tanto, buscaremos aprimorar o Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Estado do Rio Grande do Norte, o que se concretizará apenas com o fortalecimento dos municípios na gestão da Política Pública de

Assistência Social e na garantia da proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

A habitação, por sua vez, também será uma política social de destaque na nossa gestão. É uma das responsabilidades do ente estadual promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais da população. Na nossa gestão, essa será mais uma política interiorizada e garantida aos potiguarês. Para tanto, atuaremos em rede. Nossas ações serão realizadas em parceria com a comunidade local, contando com o empenho de todos para construir um RN melhor.

É nosso desejo que o potiguar viva e desfrute das belezas e potencialidades do nosso RN. Para isso, precisamos resgatar a sensação de segurança e o prazer do convívio nos espaços públicos e privados. Não podemos negar que, muitas vezes, renunciamos ao nosso lazer e à nossa sensação de liberdade diante dos perigos oferecidos pelo aumento da criminalidade no RN.

Esse fato contribui ainda mais com o aumento da criminalidade, na medida em que os ambientes públicos esvaziam-se de pessoas e de atividades, desvalorizam-se e se transformam em locais esquecidos e propícios à realização de crimes. Se já não bastasse essa redução da nossa liberdade, até mesmo em nossas residências não nos sentimos protegidos.

Mas, é preciso acreditar que o RN tem jeito. O nosso esforço na área da segurança pública será para devolver ao norte-rio-grandense não somente a sensação, mas, igualmente, a certeza da sua segurança e a sua confiança em relação às instituições. A valorização dos nossos policiais, o investimento em tecnologia e o trabalho em rede serão alguns dos nossos enfoques.

De forma relacionada, formularemos políticas efetivas para a promoção de direitos dos apenados, implantando mudanças em nosso sistema prisional para restabelecer as possibilidades de ressocialização. Não há como quebrar o ciclo vicioso do crime sem que investimentos sejam realizados no interior das unidades prisionais.

É preciso enxergar o apenado e a apenada como sujeitos de direitos, capazes de recobrar a sua força ativa de trabalho e a sua capacidade de conviver em sociedade.

Além disso, em nossa gestão, o jovem terá atenção especial. As políticas serão voltadas para assegurar direitos e garantir oportunidades para a juventude em um caráter protetivo e preventivo. Sabemos que os nossos jovens são vítimas frequentes de homicídios no RN. Além disso, pela ausência de oportunidades, se envolvem com a prática de atos infracionais e perdem não somente a sua liberdade no cumprimento das medidas socioeducativas, mas a possibilidade de desfrutar uma das melhores fases de sua vida. Reduzir os índices de homicídios e de atos infracionais entre a nossa juventude será um dos nossos compromissos. Para isso, em caráter preventivo, construiremos políticas para a juventude e em diálogo com os jovens, investindo em ações e projetos de cultura, esporte e lazer, mas, também, na profissionalização do adolescente e do jovem, criando oportunidades de emprego e renda.

Pensando nos jovens que, em algum momento, foram desamparados pelo Estado e, em virtude da perda de amparo, cumprem medidas socioeducativas, investiremos na melhoria do Sistema de Atendimento Socioeducativo do Estado do Rio Grande do Norte, não somente no que diz respeito a sua infraestrutura, mas, igualmente, à valorização permanente dos servidores e colaboradores.

Na área da Justiça e Cidadania, também daremos enfoque a políticas voltadas aos Direitos Humanos e aos direitos dos consumidores, de promoção da igualdade racial, dos direitos das mulheres, da pessoa idosa, da pessoa com deficiência e da população LGBTI+.

A proteção às mulheres potiguares é um dos nossos compromissos. Protegendo as mulheres, estabelecemos um canal para a proteção das famílias, com atenção às crianças e aos jovens. É importante ampliar o olhar do governo estadual para as políticas públicas e para os programas governamentais que tenham como intuito o estabelecimento de pautas políticas específicas às mulheres. A proteção e a emancipação da mulher são diretrizes que nortearão as nossas ações. Nesse sentido

teremos como objetivo promover a formulação, a coordenação, a articulação e a implementação democrática e sustentável de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento social, cultural, profissional, econômico e político das mulheres do RN, levando em consideração as diversidades regionais, com a finalidade de superar as desigualdades através da consolidação de programas e de ações que combatam todas as formas de violência e de discriminação contra a mulher e promovam a igualdade de gênero.

À pessoa idosa, destinaremos políticas de atenção e amparo, assegurando o seu direito à vida e a sua participação na sociedade de forma digna. Articularemos as nossas políticas às ações dos demais entes públicos para garantir o bem-estar integral dessa população. Do mesmo modo, cuidaremos da saúde e da proteção às pessoas portadoras de deficiência, sempre de forma integrada e buscando a concretização de direitos.

As nossas propostas para o RN:

- **Educação**

Acesso e Atendimento Escolar bem sucedido

- ✓ Assegurar a matrícula (quando o município não for capaz de atender) no Ensino Fundamental de 9 anos, para a população de 6 a 14 anos;
- ✓ Universalizar o atendimento dos jovens entre os 15 e 17 anos (idade adequada) no Ensino Médio e Profissional;
- ✓ Formular ações diversificadas para elevar a Taxa de Alfabetização da população jovem e adulta, com 15 anos ou mais, reduzindo, progressivamente, o analfabetismo absoluto e funcional em todos os municípios do RN, por meio de políticas integradas com Prefeituras, lideranças locais, políticos, empresários e a sociedade organizada;

- ✓ Garantir condições de trabalho aos profissionais e o atendimento dos alunos com diferentes tipos de deficiências: visuais, auditivas, físicas, cognitivas, entre outras;
- ✓ Priorizar recursos para o atendimento dos alunos com diferentes tipos de deficiências: visuais, auditivas, físicas, cognitivas entre outras;
- ✓ Profissionalizar, por meio de cursos, condições de trabalho, materiais didáticos, ferramentas etc, todos os professores dos Centros Educativos para alunos com necessidades especiais;
- ✓ Ofertar matrícula e estratégias de atendimento para todos os alunos nas modalidades: Educação do Campo, Educação Indígena e Educação Quilombola, com vistas à redução progressiva (ano a ano) das desigualdades sócio educacionais;
- ✓ Articular a Educação de Jovens e Adultos mediante um projeto pedagógico com o mundo do trabalho e com a inclusão socio digital.

Qualidade Educativa e Inovação Pedagógica

- ✓ Implementar projetos inovadores com elevada capacidade para potencializar a inserção das crianças no ciclo da alfabetização (máximo 8 anos de idade);
- ✓ Ajustar os Referenciais Curriculares do Estado para atender às exigências da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), visando a sua implementação contextualizada em toda rede estadual de ensino (o sistema educacional) do RN;
- ✓ Reduzir, progressivamente, a Taxa de Abandono, Evasão, Repetência e a Distorção Idade - Ano Escolar, no âmbito do Ensino Fundamental, Ensino Médio e Modalidades (EJA, Educação Indígena, Educação Especial, Educação Quilombola);

- ✓ Desenvolver uma agenda anual de capacitação de todos os professores, gestores e equipe escolar, com foco nas aprendizagens dos alunos, apoiando-se em metodologias ativas, ambientes educativos inovadores e ferramentas digitais;
- ✓ Implantar, paulatinamente, a educação em tempo integral mediante estudos e recursos financeiros, professores igualmente em tempo integral nas escolas, adaptação dos prédios escolares, ferramentas pedagógicas etc, condições necessárias para assegurar essa oferta;
- ✓ Promover formação e qualificação tecnológica das equipes técnicas e pedagógicas para qualificar o uso do SIGEduc e as ferramentas das TICs aplicadas à educação básica.

Valorização do Magistério, Formação Continuada e Gestão Democrática

- ✓ Valorizar os profissionais do magistério e garantir o pleno atendimento da Lei do Piso Nacional.
- ✓ Deflagrar o processo de revisão do plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais do magistério, tais como: as promoções vertical e horizontal, tomando como referência parâmetros de avaliação de desempenho dos professores e equipes pedagógicas;
- ✓ Implantar processos formativos para mudanças das práticas docentes e o uso pedagógico de ferramentas digitais;
- ✓ Promover formações sobre temas que representem necessidades formativas dos professores, priorizando a relação entre o conhecimento pedagógico dos conteúdos e os recursos tecnológicos;
- ✓ Revisar, para qualificar, o Projeto da Gestão Democrática da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC), a fim de demarcar responsabilidades dos gestores, equipe pedagógica, docentes, família/responsáveis, notadamente no que diz respeito às aprendizagens e à formação cidadã dos alunos.

Modernização Tecnológica, Humanização da Infraestrutura e Otimização dos Recursos Financeiros

- ✓ Modernizar e qualificar toda a infraestrutura (física, técnica e tecnológica) da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, escolas, Diretorias Regionais de Educação e Cultura (DIRECs), Diretorias Regionais da Alimentação Escolar (DRAEs), ginásios esportivos, entre outros, para assegurar o alcance dos resultados esperados;
- ✓ Modernizar os processos de gestão, compras e contratação de serviços visando maior agilidade, eficiência e transparência;
- ✓ Garantir condições de trabalho das Diretorias Regionais de Educação e Cultura (DIRECs) e Diretorias Regionais da Alimentação Escolar (DRAEs) e fomentar a autonomia técnica, administrativa e financeira (segundo preceitos legais) dessas Diretorias;
- ✓ Exigir a atualização permanente da base de dados do SIGEduc, requisito indispensável para ativar suas funcionalidades: trajetória escolar do aluno na sua escola (frequência, desempenho, conteúdos curriculares, tarefas escolares etc., condições físicas das escolas e suas demandas de atendimento; rotas do transporte escolar); controle e acompanhamento da frequência dos servidores; acompanhamento dos processos em trânsito na SEEC e demais rotinas relacionadas à transparência da gestão da pasta da Educação;
- ✓ Assegurar a transparência técnica, administrativa, financeira e pedagógica da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura e suas instâncias de apoio.

Monitoramento dos Indicadores de Desempenho Escolar e Foco na Gestão Pedagógica

- ✓ Implementar, de maneira sistemática, o uso pedagógico das avaliações (da própria escola, as nacionais/SAEB e as internacionais/PISA, entre outras) como recursos potencializadores das aprendizagens dos conhecimentos e das habilidades inerentes à Educação Básica;

- ✓ Potencializar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação Institucional (SIMAIS) para subsidiar a elevação do padrão de desempenho escolar e torná-lo uma ferramenta pedagógica com capacidade para identificar necessidades formativas dos professores e prevenir situações de vulnerabilidades cognitivas dos alunos, notadamente nos componentes curriculares;
- ✓ Redefinir e reestruturar o estilo de gestão da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura, segundo a lógica do Sistema Integrado de Gestão da Educação (SIGEduc), com vistas a torná-la mais inteligente, ágil e eficiente na condução das rotinas pedagógicas, técnicas e administrativas;
- ✓ Redefinir, para equilibrar, o esforço de gestão que é dispensado à dimensão pedagógica (com menor peso e subestimada) quando comparada com a gestão das atividades burocráticas (técnicas-administrativas);
- ✓ Apoiar e potencializar a Iniciação Científica na Educação Básica, a participação em Olimpíadas de Conhecimento e Feiras de Ciências no país e no exterior;
- ✓ Promover articulação e parcerias com o IFRN, o Sistema S, a UFRN e a UERN, a Rede Técnico Profissional do Estado do RN em Nível Médio para potencializar os Programas Brasil Profissionalizado e PRONATEC.
- ✓ Ampliar a oferta de matrículas e cursos da Educação Profissional Técnica de nível médio, em pelo menos 50%.

Esporte Escolar e Educação Cidadã.

- ✓ Tornar o Esporte Escolar uma dimensão curricular, fomentando o exercício, a prática e a aprendizagem de modalidades esportivas vinculadas ao desempenho escolar do estudante;
- ✓ Apoiar a realização anual dos Jogos Escolares do Rio Grande do Norte (JERNs), Jogos das Escolas Estaduais e Municipais (JEE) e outros projetos esportivos, no âmbito escolar;

- ✓ Avaliar projetos e redimensionar programas em cursos e outros descontinuados com foco na Educação Cidadã, na violência escolar, no empreendedorismo, prevenção ao uso de drogas, gravidez na adolescência, entre outros.
- ✓ Promover o esporte, a atividade física e o lazer na perspectiva do desenvolvimento humano, da formação integral das pessoas e da melhoria da qualidade de vida do conjunto da sociedade.

Educação Superior/UERN: Autonomia Financeira, interiorização e compromisso com o desenvolvimento sustentável do RN.

- ✓ Priorizar e efetivar uma política (médio e longo prazos) para institucionalizar a autonomia financeira da UERN: para além da autonomia administrativa, acadêmica e científica em vigor, é indispensável sua autonomia financeira para viabilizar o Projeto de Desenvolvimento Institucional dessa Universidade;
- ✓ Buscar apoio junto ao governo federal, aos entes municipais; ao Poder Legislativo, à comunidade acadêmica e sociedade, para assegurar o pleno desenvolvimento social, acadêmico, científico e tecnológico da UERN;
- ✓ Desenvolver estudos para qualificar e otimizar o projeto de interiorização da UERN, de maneira sustentável, apoiada nas novas tecnologias e na colaboração com as demais IES do RN e do país;
- ✓ Incentivar a criação de Programas de Pós-Graduação Profissional (sobretudo mestrados) nas áreas de ensino, voltados para qualificar o magistério da Educação Básica;
- ✓ Incentivar e ofertar vagas nos programas de pós-graduação para os professores da rede estadual de ensino, em particular no interior do RN.

Formação de Professores expertise do Instituto de Educação Superior Presidente Kennedy (IFESP).

- ✓ Rever e reformular a estrutura jurídica e administrativa do IFESP, com vistas a corrigir distorções funcionais do corpo docente, incompatíveis com a identidade das Instituições de Ensino Superior no país;
- ✓ Ampliar o campo de inserção do Instituto Kennedy, notadamente no âmbito da assessoria didática e pedagógica à SEEC, na formação continuada dos professores, nos níveis de atualização, aperfeiçoamento e pós-graduação (lato e stricto sensu);
- ✓ Ofertar vagas no ensino superior às escolas de Ensino Médio Modalidade Normal e do Complexo Educacional Kennedy.
- ✓ Implementar programas de formação didática, pedagógica e acadêmica do corpo docente e técnicos das escolas das redes estadual e municipais, um aporte essencial para potencializar, de maneira colaborativa, os indicadores de qualidade desses sistemas de ensino;
- ✓ Retomar o protagonismo do IFESP/RN como Centro e Referência na Formação de Professores da Educação Básica das redes públicas de ensino do RN, apoiando seus projetos no âmbito da graduação, pós-graduação (lato e stricto sensu) e apoiando sua inserção em nível local, regional e nacional;
- ✓ Tornar o IFESP uma instituição inovadora, dinamizadora de novas práticas e políticas educativas, indutora do uso de tecnologias digitais para aplicações didáticas, pedagógicas (ex. videoconferências, games, metodologias ativas etc.) na gestão técnica, administrativa e da sala de aula;
- ✓ Criar, por meio do SIGEduc, um sistema próprio de gerenciamento administrativo e pedagógico para o IFESP/RN, possibilitando implementar o trabalho da organização e da estruturação das atividades acadêmicas para ampliação da oferta de curso na graduação, pós-graduação e extensão em EaD.

Inovação Tecnológica: Sistema Integrado de Gestão da Educação Básica – SIGEDUC e Rede Giga MetrÓpole (internet de alta velocidade)

- ✓ Prover, por meio do SIGEduc, o desenvolvimento de soluções eficientes para inovar a gestão pedagógica, as atividades técnicas, administrativas, gestão de pessoas, entre outras;
- ✓ Desenvolver expertise institucional por meio de grupos de estudos e pesquisas no campo da inovação, tecnologias digitais, gestão com foco em resultados;
- ✓ Potencializar a parceria com a UFRN, por meio do Instituto MetrÓpole Digital (IMD), para o uso eficiente da infraestrutura de fibra ótica da Rede Giga MetrÓpole, que garante nível elevado de fiabilidade a nível de transmissão de sinais e dados, voz e vídeo;
- ✓ Buscar apoios nos Ministérios de Educação, Ciência e Tecnologia para universalizar a Rede Giga MetrÓpole* para todas as escolas do Estado, um avanço extraordinário e essencial para a Escola Século 21.

Compartilhamento de Responsabilidades e aposta pelo Capital Humano e Inteligente

- ✓ Agregar, por meio de um fórum, as instituições educacionais de elevado prestígio e inserção social (Ministério de Educação, Universidades e Instituições Educacionais Públicas), órgãos normativos e de controle (Conselho Estadual de Educação, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado), representantes da sociedade civil organizada (vereadores, deputados estaduais, federais, senadores) com vistas a apoiar a execução do Projeto Rumo à Educação Século 21;
- ✓ Estreitar os vínculos entre a SEEC e as Instituições de Ensino Superior públicas do RN com vistas a viabilizar demandas de interesses comuns, como estágios curriculares, consultorias, assessorias, captação de recursos financeiros entre outros;

- ✓ Planificar e executar ações para profissionalizar o corpo técnico e administrativo da SEEC, suas coordenações, diretorias regionais etc. para ajudá-los a desenvolver seus projetos profissional, pessoal e cidadão;
- ✓ Rever, reestruturar e acompanhar o processo de trabalho dos conselhos de escolas;
- ✓ Instituir a Coordenação de Articulação do governo estadual com os municípios para fomentar a implementação de projetos e programas educativos de interesses comuns;
- ✓ Ampliar as atividades culturais, artísticas e esportivas e as ações voltadas aos direitos humanos;
- ✓ Situar no centro da política educacional as pessoas, suas necessidades e oportunidades.

- **Saúde**

Governança e Regionalização

- ✓ Rever a conformação dos territórios sanitários, observando as distintas realidades locais, a fim de garantir a coerência com os elementos essenciais para a construção da Rede de Saúde;
- ✓ Implantar mecanismos de governança regional que fortaleçam os fóruns intergestores no âmbito do Estado (Comissão Intergestores Bipartite e Comissão Intergestores Regional), a fim de garantir o desempenho de seu papel na organização das Redes de Atenção na região de saúde;
- ✓ Implantar um centro de informações e monitoramento de indicadores, a fim de criar uma unidade norteadora de ações estratégicas e de tomada de decisões;

- ✓ Considerar, de acordo com cada realidade, a implantação de opções de gerência nas unidades públicas de saúde, tendo em vista a necessidade de se obterem a autonomia e a flexibilidade necessárias à eficiência e à eficácia dos serviços públicos de saúde;
- ✓ Promover a descentralização e o desenvolvimento regional da saúde, obedecendo aos critérios pautados pela regionalização da política e às diretrizes gerais do SUS;
- ✓ Criar, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde Pública, o Apoiador Regional, dando suporte às unidades regionais de saúde (USARPs) no seu papel de governança regional;

Rede de atenção em saúde

- ✓ Orientar e monitorar os municípios no planejamento e na gestão da Atenção Primária à Saúde, por meio da criação de espaços e canais de diálogo permanente entre gestores;
- ✓ Pactuar alternativas de financiamento para ações e serviços na atenção primária da saúde;
- ✓ Coordenar e implementar, no âmbito estadual, as ações voltadas para a Atenção Integral à Saúde da Mulher, abrangendo a atenção ao pré-natal, parto e puerpério, a redução da mortalidade materna, o enfrentamento da violência contra a mulher e ainda as ações no âmbito da saúde sexual e reprodutiva, além da morbimortalidade por câncer de colo de útero e mama de forma integrada e intersetorial;
- ✓ Implantar, por meio de parcerias com municípios e organizações da sociedade civil, o PROJETO MÃE CORUJA, que tem como objetivo reduzir a mortalidade materno-infantil, implementando ações pautadas na regionalização da assistência ao parto, de forma hierarquizada com investimento na qualificação de maternidades e hospitais que realizam partos e na educação permanente dos profissionais envolvidos com a atenção obstétrica e neonatal;

- ✓ Implementar projeto de Atenção Integral ao Jovem e ao Adolescente, articulando ações, programas e projetos de forma integrada, de acordo com os princípios do SUS, contribuindo para o desenvolvimento saudável, a melhoria das condições de vida e a redução da morbimortalidade de jovens e adolescentes;
- ✓ Implementar a Política Estadual de Saúde da Pessoa Idosa voltada à promoção do envelhecimento ativo e saudável; da qualidade de vida e buscando o fortalecimento da rede de atenção à pessoa idosa, além da garantia da educação permanente, com a produção de conhecimento e capacitação intensiva dos cuidadores e profissionais de saúde para o atendimento humanizado, proporcionando a manutenção e a reabilitação da capacidade funcional direcionada à autonomia e à independência da pessoa idosa;
- ✓ Ampliar o acesso à assistência odontológica, estruturando uma linha de cuidado em saúde bucal com uma política específica para a infância, no que tange à prevenção de cáries e ortodontias, além de outras especialidades;
- ✓ Estimular a implantação de Centros de Práticas Integrativas e Complementares nos municípios;
- ✓ Implantar a rede estadual de prevenção, diagnóstico, tratamento e internação dos pacientes com os diagnósticos de IST/AIDS e hepatites virais;
- ✓ Criar a Unidade Potiguar de Atendimento Especializado nas regiões de saúde de centros de diagnóstico, para atendimento ambulatorial de média e alta complexidades, ampliando o acesso da população ao serviço, proporcionando a existência de um ponto de atenção de grande resolutividade, onde serão realizadas não apenas consultas médicas especializadas, mas diversos exames complementares de forma estratégica, considerando a região de saúde e a cooperação entre o ente estadual e municípios, além da localização, da função dos centros, da oferta da região, da demanda e do perfil epidemiológico, imprimindo-se a equidade e universalidade ao serviço;

- ✓ Adotar novo enfoque na organização e no financiamento dos serviços de Atenção Especializada com ênfase em um trabalho multiprofissional e na linha de cuidado voltada para a atenção às condições crônicas, com abordagem prioritária à diabetes, à hipertensão e às doenças renais;
- ✓ Ampliar a resolutividade dos Hospitais de Pequeno Porte de acordo com as necessidades locais, tornando-os adequados ao atendimento humanizado;
- ✓ Ampliar e qualificar o acesso, organizando, induzindo e articulando a integração da rede hospitalar aos demais componentes da rede de atenção, de acordo com a missão previamente definida de cada equipamento de saúde;
- ✓ Ampliar e efetivar o funcionamento dos leitos de tratamento intensivo do RN, oportunizando o acesso e a operacionalização das Redes de Atenção à Saúde;
- ✓ Implantar 05 unidades coronarianas (UCOs) no RN, a fim de otimizar o atendimento ao paciente com Infarto Agudo do Miocárdio, desde o diagnóstico precoce até o tratamento adequado em tempo hábil;
- ✓ Realizar reestruturação física e tecnológica do antigo Centro de Reabilitação Infantil, transformando-o em um Centro Especializado em Reabilitação (CER III), para ampliar a oferta de serviços e atribuir a este a competência ordenadora da política estadual de atenção à Pessoa com Deficiência;
- ✓ Implantar o projeto MAIS SAÚDE, MENOS FILA, por meio da criação de equipes de cirurgias, para realizar procedimentos eletivos (cirurgias eletivas) e atender em diversas regiões do Estado, seguindo um agendamento prévio em parceria com o corpo de profissionais dos equipamentos definidos, reduzindo o tempo de espera do potiguar por procedimentos cirúrgicos eletivos;
- ✓ Construir o Hospital de Traumas do RN com 300 leitos, concentrando em um único equipamento toda a estrutura e as equipes compostas por profissionais especializados para prestar assistência de qualidade, reduzindo a espera e qualificando o atendimento em casos de trauma, o qual é considerado uma das três principais causas de mortalidade na macrorregião metropolitana,

sendo também responsável por muitos casos de incapacidades físicas, temporárias ou permanentes;

- ✓ Criar o Programa Estadual de Atenção Domiciliar, a fim de promover formas alternativas de atendimento, com cuidado continuado no domicílio, minimizando intercorrências clínicas e diminuindo os riscos de infecções hospitalares por longo tempo de permanência;
- ✓ Implementar política estadual de saúde voltada à população GLBTI+, proporcionando ações que assegurem o direito à cidadania, à intimidade e à individualidade;
- ✓ Implementar a política estadual de saúde mental de forma transversal e intersetorial, incentivando a reabilitação e a inserção social;
- ✓ Fortalecer a política de saúde carcerária, com a criação do AGENTE MEDIADOR DO CUIDADO NA SAÚDE em parceria com as Secretarias afins, ampliando seus vínculos de sociabilidade e exercício dos direitos humanos;
- ✓ Reformar e ampliar a Central de Regulação do SAMU, com renovação da frota, por meio de recursos oriundos do tesouro estadual, de emendas parlamentares e do Ministério da Saúde;
- ✓ Aprimorar as condições de trabalho dos profissionais do SAMU/RN, promovendo melhorias desde a aquisição de equipamentos de proteção individual;
- ✓ Fortalecer as parcerias com a Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas (CIOPAER), o Corpo de Bombeiros e a Polícia Militar (ROCAM), a fim de ampliar as ações voltadas a assegurar o direito à saúde.

Vigilância em Saúde

- ✓ Reestruturar, reorganizar e fortalecer a vigilância em saúde no RN;

- ✓ Integrar, promover, fortalecer e harmonizar as ações de vigilância, prevenção, proteção e promoção, de forma coordenada e integrada, com vistas a garantir a integralidade da atenção à saúde da população;
- ✓ Reforçar o suporte laboratorial às ações de Vigilância em Saúde através da estruturação do Laboratório Fiscal de Vigilância Sanitária e Saúde;
- ✓ Fortalecer a rede de laboratórios de apoio diagnóstico, estruturando com alta tecnologia e qualificação para a realização de exames laboratoriais aplicados em Vigilância em Saúde;
- ✓ Implementar ações da vigilância epidemiológica das doenças infecciosas, transmissíveis, não transmissíveis e agravos à saúde mediante o monitoramento, a análise de dados e informações, a prevenção, a promoção e a proteção da saúde;
- ✓ Promover capacitações permanentes junto aos municípios nas ações de Vigilância em Saúde, atendendo às necessidades das Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Saúde do Trabalhador;
- ✓ Implementar a Rede de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST);
- ✓ Fortalecer a atuação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST's) como centros articuladores e organizadores das ações de saúde do trabalhador, dando apoio matricial aos diversos pontos da rede de saúde do âmbito de sua área de abrangência;
- ✓ Fortalecer o projeto VIDA NO TRÂNSITO, disseminando-o a todas as regiões do RN, em parceria com os gestores municipais para o fortalecimento de políticas de prevenção de lesões e mortes no trânsito, por meio de qualificação das informações, planejamento integrado e intersetorial, monitoramento e avaliação das atividades;

- ✓ Criar o Projeto VIVA A VIDA, estabelecendo medidas intersetoriais contra as diversas manifestações de violência (homicídios, agressões interpessoais, suicídios e acidentes de trânsito).

Logística Transversal

- ✓ Reestruturar o Complexo Estadual de Regulação fortalecendo as centrais municipais;
- ✓ Fortalecer a implantação de processos regulatórios regionais que busquem a garantia da integralidade do cuidado e do acesso, com a construção do sistema de governança para o SUS;
- ✓ Criar o TELECONSUS, que permitirá a realização de consulta registrada com profissionais da área da saúde, por meio de instrumentos de Tecnologia da Informação e de Comunicação, com a finalidade de esclarecer dúvidas sobre procedimentos clínicos, podendo ser uma consulta realizada em tempo real de forma síncrona ou por meio da troca de informações assíncronas em ambiente off-line, reduzindo os encaminhamentos para consultas especializadas e ou apoio diagnóstico;
- ✓ Reformar e modernizar as Unidades de Saúde pertencentes à Secretaria de Estado da Saúde Pública, construindo ambiências acolhedoras e harmônicas que contribuam para melhorar a assistência com organização de espaços saudáveis de trabalho.

Gestão do trabalho e da educação permanente em saúde

- ✓ Desenvolver e incorporar novas tecnologias de gestão do trabalho;
- ✓ Promover a reestruturação organizacional da SESAP para cumprimento de seu papel de gestor estadual do SUS;
- ✓ Democratizar a gestão do trabalho, valorizando o servidor público da saúde;

- ✓ Desenvolver a política estadual de formação e de educação permanente, de acordo com as necessidades de saúde da população e voltadas para os trabalhadores em saúde;
- ✓ Criar a Escola de Saúde Pública e fortalecer a Escola Técnica do Estado, com ênfase na educação permanente, cujo objeto de transformação é o processo de trabalho, orientado para a melhoria da qualidade, para a equidade no cuidado e no acesso aos serviços;
- ✓ Criar política de interiorização dos profissionais de saúde, objetivando a fixação dos profissionais nos municípios distantes e de difícil acesso, bem como a interiorização das residências em saúde de acordo com as necessidades e demandas locais, o que proporcionará a descentralização da formação universitária na área da saúde, em parcerias com as universidades, transformando os hospitais regionais em hospitais escola.

Política estadual de assistência farmacêutica

- ✓ Estruturar a Assistência Farmacêutica (AF) com uma nova proposta no modelo de organização e na forma de gerenciamento, tendo por base uma nova lógica de atuação, buscando estratégias que garantam a eficiência das ações, consolidando os vínculos entre os serviços e a população, promovendo o acesso, o uso racional e a integralidade das ações;
- ✓ Aperfeiçoar o processo de pactuação interfederativa, especialmente no tocante às responsabilidades executivas e ao co-financiamento da assistência farmacêutica na atenção primária;
- ✓ Implantar, em parceria com os municípios, centrais de abastecimento farmacêutico por região de saúde garantindo boas práticas de armazenagem e conservação de medicamentos.

Financiamento

- ✓ Otimizar e racionalizar os recursos orçamentários e financeiros, redefinindo sua alocação conforme planejamento estratégico;
- ✓ Restabelecer uma linha de equilíbrio financeiro inerente às contrapartidas estaduais obrigatórias capazes de garantir as condições para a execução das políticas estabelecidas na pactuação entre os entes federados, buscando uma rede solidária de responsabilidade social e financeira;
- ✓ Ampliar a captação de recursos dentro da área governamental e em instituições financeiras internacionais.

Participação social na política de saúde

- ✓ Fortalecer os Conselhos de Saúde nas instâncias gestoras estadual e municipal para que desempenhem plenamente sua competência legal, visando a um trabalho cada vez mais efetivo de participação na governança do SUS;
- ✓ Aprimorar a organização e o funcionamento das conferências de saúde com o objetivo de conferir mais visibilidade às demandas da sociedade expressas nas suas resoluções, monitorando a implementação das propostas aprovadas;
- ✓ Estimular a organização da ouvidoria para auxiliar o cidadão na sua relação com o poder público no que tange aos serviços prestados pelo SUS;
- ✓ Reforçar os diversos mecanismos de avaliação de satisfação dos usuários como o Disque-Saúde, pesquisas de satisfação, cartas, caixas de sugestão, endereço eletrônico para contato, entre outros.

▪ Desenvolvimento e Assistência Social

Assistência social

- ✓ Realizar o reordenamento institucional da Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social (SETHAS), com a implantação de áreas essenciais, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), respeitando o disposto na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB/RH – SUAS);
- ✓ Estruturar e consolidar a Vigilância Socioassistencial, no âmbito estadual, conforme normativas e orientações técnicas do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS);
- ✓ Apoiar técnica e financeiramente os municípios na área da Vigilância Socioassistencial;
- ✓ Produzir diagnósticos socioterritoriais do Rio Grande do Norte, para que possibilitem a expansão, a qualificação, o alcance e a cobertura da proteção social e a organização da gestão do sistema público, bem como a identificação da presença de formas de risco, vulnerabilidades e violações de direitos da população e dos territórios e seus agravos;
- ✓ Consolidar o SUAS no RN, efetivando o apoio técnico e financeiro aos municípios na gestão da política pública de assistência social e na garantia de proteção social às famílias e aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social, observando o nível de habilitação (Básica e Plena);
- ✓ Fortalecer as instâncias de pactuação do SUAS, Comissões Intergestores Bipartite e Tripartite (CIBs e CIT), bem como Conselhos de Assistência Social;
- ✓ Fortalecer e fomentar o aporte financeiro para custear o funcionamento do Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS), para assessorar os Conselhos Municipais de Direitos (Trabalho, Segurança Alimentar, Idoso, Pessoa com Deficiência, entre outros);
- ✓ Organizar, coordenar e prestar serviços regionalizados no âmbito da Proteção Social Especial (média e alta complexidades), conforme critérios pactuados na CIB e deliberados pelo CEAS;

- ✓ Garantir o co-financiamento dos serviços, programas, projetos e benefícios eventuais e o aprimoramento da gestão, por meio de transferência regular e automática, na modalidade fundo a fundo, em âmbito regional e local;
- ✓ Efetivar a articulação intersetorial e o apoio técnico e financeiro aos serviços socioassistenciais, em âmbito regional e local;
- ✓ Elaborar plano de apoio aos municípios com pendências e irregularidades junto ao SUAS, para cumprimento do plano de providências acordado nas respectivas instâncias de pactuação e deliberação;
- ✓ Coordenar, articular, acompanhar e monitorar a Política de Assistência Social em sua esfera de abrangência e assessorar os municípios para o seu desenvolvimento;
- ✓ Estimular e apoiar os gestores municipais visando a despreciação dos vínculos de trabalho no SUAS, com a estruturação de quadro de servidores permanentes, mediante a realização de concurso público;
- ✓ Elaborar e implementar o Plano Estadual de Capacitação e Formação Continuada dos trabalhadores da assistência social, com base nos princípios e nas diretrizes da Educação Permanente do SUAS, garantindo a participação de todos os municípios do RN nas capacitações ofertadas pela SETHAS;
- ✓ Aperfeiçoar a relação do SUAS com o Sistema de Justiça e com o Sistema de Garantia de Direitos, visando ao estabelecimento de fluxos e protocolos de referenciamento e delimitação de competências;
- ✓ Fortalecer as estratégias de erradicação do Trabalho Infantil, em âmbito regional e local, com incidência de situação de desproteção social;
- ✓ Fortalecer as ações e as estratégias em âmbito regional e local para ampliar o acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), bem como a inclusão destes no Cadastro Único, de modo a potencializar a integração entre acesso à renda, aos serviços e aos direitos;
- ✓ Fortalecer ações e estratégias em âmbito regional e local para ampliar o acesso ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) e o aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família;

- ✓ Garantir e aprimorar a gestão compartilhada, descentralizada e participativa do SUAS, considerando a responsabilidade dos entes federados no co-financiamento e na provisão das respectivas ofertas e o necessário fortalecimento do pacto federativo;
- ✓ Cumprir os compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS, com repactuação de metas e de prazos;
- ✓ Implementar e regulamentar parcerias com as entidades e as organizações de assistência social do SUAS;
- ✓ Apoiar e incentivar, em âmbito estadual, estratégias e canais de comunicação e de informação para a ampla divulgação dos direitos socioassistenciais e seu reconhecimento por parte dos usuários da política;
- ✓ Criar o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Estadual da População em Situação de Rua, integrando os diversos órgãos estaduais, a fim de garantir um conjunto de serviços e ações que contribuam com a redução dos agravos e dos riscos sociais e com o combate às violações de direitos das pessoas em situação de rua no Rio Grande do Norte.

Segurança alimentar

- ✓ Viabilizar a construção do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, como preconiza o Decreto Federal nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, alicerce básico para a implantação e implementação de uma Política de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ✓ Fortalecer e apoiar o Conselho Estadual e as Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional para assessorar a criação e/ou fortalecimento dos Conselhos Municipais;
- ✓ Reordenar o Programa do Leite em âmbito estadual, por meio da retomada da parceria com o Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER/RN), ficando este responsável pelo cadastro e acompanhamento dos produtores e usinas de beneficiamento do leite;

- ✓ Reestruturar e ampliar programas de distribuição de refeições, por meio de um levantamento de todos os municípios que executam os programas, revisão de contratos com as empresas fornecedoras, uniformização de cardápios e utilização dos espaços para atividades de educação nutricional;
- ✓ Fortalecer e fomentar o Programa de Cisternas, com vistas a atender as famílias de baixa renda, residentes em regiões caracterizadas por longos períodos de estiagem e pelas enormes dificuldades para acessar água em quantidade e qualidade suficientes;
- ✓ Implantar e implementar o Banco Alimentar RN, visando à captação de doações de alimentos próprios para consumo, por meio do recolhimento em fazendas, sítios e granjas de produções que estejam fora de padrão de comercialização, sendo, posteriormente, repassadas à instituições e/ou famílias cadastradas e em situação de insegurança alimentar;
- ✓ Promover, incentivar e apoiar ações de segurança alimentar e nutricional, como forma de garantir o direito humano à alimentação adequada a toda a população norte-rio-grandense.

▪ Habitação

- ✓ Reduzir o déficit habitacional do Rio Grande do Norte, melhorando as condições de habitabilidade das famílias beneficiárias das políticas habitacionais;
- ✓ Oferecer assistência técnica às famílias de baixa renda contempladas pela política do Cartão Reforma, por meio de parcerias com os municípios, universidades e setor privado;
- ✓ Prestar apoio técnico aos municípios para a formulação de projetos habitacionais de interesse social e a definição da base de financiamentos;
- ✓ Regularizar a titularidade das residências dos conjuntos habitacionais construídos pela Companhia de Habitação Popular do Rio Grande do Norte (COHAB) nos diversos municípios do RN;
- ✓ Estabelecer uma política de regularização fundiária (urbana e rural) em nível estadual;

- ✓ Implantar o Programa Estadual de Assistência Técnica para a elaboração e a execução de projetos de habitação de interesse social nas áreas urbanas e rurais do RN;
- ✓ Realizar mutirões de construção de habitação de interesse social nas áreas urbanas e rurais do RN, a fim de promover o direito à moradia adequada;
- ✓ Atualizar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social;
- ✓ Construir um banco de terras para viabilizar a habitação de interesse social;
- ✓ Fortalecer o Conselho Estadual de Habitação de Interesse Social, o Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social e a Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), a fim de garantir a existência de uma política habitacional efetiva no RN.

■ Cultura

- ✓ Efetivar a implantação do Plano Estadual de Cultura e promover a adequação das partes constitutivas para a implantação do Sistema Estadual de Cultura;
- ✓ Realizar edital público para utilização dos recursos orçamentários e do Fundo Estadual de Cultura (FEC), instituído pela Lei Complementar Estadual nº460, de 29 de dezembro de 2011;
- ✓ Promover a continuidade do aporte da renúncia fiscal prevista anualmente para o funcionamento da Lei Câmara Cascudo;
- ✓ Criar o Conselho Estadual de Políticas Culturais, com representatividade paritária, em conformidade com o previsto no Sistema Nacional de Cultura;
- ✓ Realizar eleições diretas, juntamente com a comunidade artística e cultural, para a escolha dos representantes das Comissões do Fundo Estadual de Cultura (FEC) e do Conselho Estadual de Políticas Culturais;

- ✓ Fomentar a criação e o desenvolvimento de programas que possibilitem a produção de conteúdos culturais para as novas mídias, por intermédio de edital;
- ✓ Criar e implementar o Sistema Estadual de Cultura;
- ✓ Criar Diretorias Regionais de cultura, garantindo uma gestão democrática e participativa;
- ✓ Readequar o modelo de Gestão das Casas de Cultura Popular para a inserção dos serviços culturais e a circulação das ações e atividades culturais;
- ✓ Revitalizar o Sistema Estadual de Museus;
- ✓ Reelaborar e implementar um plano de tombamento e restauração dos bens móveis e imóveis do governo estadual;
- ✓ Oferecer apoio técnico às instituições museológicas dos municípios;
- ✓ Viabilizar convênios entre o Rio Grande do Norte e os municípios, para a revitalização de museus;
- ✓ Promover o desenvolvimento social das comunidades por meio da utilização dos museus como fomento à economia criativa;
- ✓ Ampliar a inclusão e a circulação de bens e serviços das comunidades tradicionais em festivais, feiras e mostras;
- ✓ Ampliar o apoio a empreendedores culturais, festivais, mostra ou circuito que contemplem as novas linguagens e as práticas culturais contemporâneas;
- ✓ Implantar e implementar o calendário de circulação de bens, serviços e produtos culturais;
- ✓ Integrar as atividades culturais realizadas pela Fundação José Augusto aos programas de educação;

- ✓ Ampliar o estudo e a prática da cultura no currículo escolar, valorizando a diversidade e o patrimônio cultural;
- ✓ Estabelecer atividades culturais que possibilitem a inclusão dos grupos em vulnerabilidade social;
- ✓ Realizar parcerias com as escolas estaduais e municipais para disponibilizar o acesso às bibliotecas escolares, inclusive, ao público externo;
- ✓ Inserir a acessibilidade no planejamento das ações culturais do RN, por meio das linguagens, suportes e métodos específicos para estes fins;
- ✓ Dialogar com as comunidades para a implantação das memórias sociais – Eco Museus;
- ✓ Promover oficinas de capacitação voltadas para o conhecimento e o reconhecimento da nossa diversidade nas mesorregiões do RN;
- ✓ Revitalizar o Sistema de Bandas de Música nos municípios, por meio da parceria com a Fundação Nacional das Artes (FUNARTE);
- ✓ Qualificar os Agentes Culturais e a população para o acesso aos bens e serviços ofertados pelo Governo estadual;
- ✓ Inserir os folguedos e as brincadeiras no calendário cultural do Rio Grande do Norte;
- ✓ Possibilitar, à comunidade escolar, o acesso aos mestres da cultura, agentes culturais e demais saberes, fazeres e novas práticas existentes;
- ✓ Incentivar a continuidade e dar visibilidade aos Eventos de Tradição dos Municípios do RN;
- ✓ Promover ações de fomento ao livro, à leitura, à biblioteca e à literatura;

- ✓ Possibilitar a seleção democrática e a participação dos artistas locais em programas, projetos e atividades realizados pelo Governo do Estado;
- ✓ Promover o turismo cultural nos Polos Turísticos Seridó, Serrano, Agreste, Costa Branca e Costa das Dunas;
- ✓ Criar programa de economia solidária para o fomento dos bens e produtos criativos;
- ✓ Utilizar os museus como equipamentos para o desenvolvimento social das comunidades onde se encontram inseridos;
- ✓ Qualificar empreendedores, produtores, artistas e entidades associativas, coletivos, para a promoção dos bens de consumo gerados pelos processos criativos;
- ✓ Apoiar a implantação de parques tecnológicos, incubadoras, startups e demais iniciativas inovadoras que contemplem a inserção de bens e produtos criativos.

▪ Esporte e Lazer

- ✓ Redimensionar a gestão da Secretaria estadual de Esporte e Lazer, estimulando a elaboração de projetos para ampliar a busca e a captação de recursos e parcerias;
- ✓ Assessorar, de forma sistematizada, os municípios, por meio de planos de desenvolvimento de lideranças para os atores relacionados com o esporte na esfera municipal;
- ✓ Operar, com eficiência, o bolsa atleta por meio da utilização de recursos oriundos de receitas estaduais como impostos, percentual de multas e locação de equipamentos;
- ✓ Utilizar equipamentos esportivos do RN como centros de excelência esportiva, através de parcerias interinstitucionais e iniciativa privada;

- ✓ Instituir legislação de fomento ao esporte na esfera estadual e replicá-la aos municípios, estabelecendo o princípio da especificidade;
- ✓ Estabelecer junto aos municípios planos de gestão, construção, manutenção e recuperação de equipamentos esportivos;
- ✓ Motivar a construção de equipamentos esportivos comunitários que contemplem as diversas manifestações esportivas e artístico-culturais em um mesmo espaço público;
- ✓ Implementar programas de esporte e lazer que atendam às diversas faixas etárias e gêneros, em parceria com os municípios;
- ✓ Apoiar as competições, campeonatos, torneios e festivais esportivos e paradesportivos desenvolvidos no Rio Grande do Norte;
- ✓ Gerenciar ações e parcerias entre órgãos de gestão estadual e municipal na perspectiva de atuar no esporte educacional para crianças em fase escolar e crianças em cumprimento de medidas socioeducativas;
- ✓ Apoiar os projetos desportivos das federações esportivas do Rio Grande do Norte;
- ✓ Dinamizar a prática esportiva sustentável, ao ar livre e em contato com a natureza, estimulando maior participação social e o turismo nas regiões;
- ✓ Articular-se, de forma sistematizada e regular, com as Secretarias de Saúde, Assistência, Educação e Turismo, para desenvolver com eficácia projetos integrados e intersetoriais para o esporte e lazer;
- ✓ Apoiar a qualificação e a requalificação de espaços públicos, visando à inclusão social, o convívio com o meio ambiente, o desenvolvimento de práticas culturais, de lazer, esportivas e de tecnologias da informação.

▪ Segurança Pública

Na segurança, implementaremos uma verdadeira política de Estado no RN, com ações integradas voltadas à prevenção e à repressão ao crime, articulando o governo e a sociedade e utilizando o planejamento das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) como forma de atuação. Trata-se de um programa, pautado na gestão

estratégica e por resultados, a ser implementado de forma transversal e integrada, que será concretizado de forma pactuada com a sociedade, em articulação com o Ministério Público, os Poderes Legislativo e Judiciário, a União e os municípios. O programa preverá um conjunto de ações de curto, médio e longo prazos, que interrompam o crescimento da violência e que sejam efetivas na sua redução, a fim de devolver o RN ao povo potiguar. Terá como foco políticas voltadas à prevenção ao crime, de forma articulada com as áreas da educação, da saúde, esporte e cultura. Na segurança pública, especificamente, serão formuladas ações estruturantes e permanentes de prevenção e controle da criminalidade e da insegurança, prevendo-se ações organizadas em áreas estratégicas.

INSTITUCIONAL

- ✓ Promover a reestruturação da política de Defesa Social, integrando os órgãos que compõe o sistema de Defesa Social, por meio de uma coordenação estratégica de ações com o estabelecimento de informações que forneçam dados sistematizados referentes à eficiência, à eficácia e à satisfação dos cidadãos atendidos pelo sistema e que permitam a constante avaliação e o replanejamento das ações com transparência dos resultados;
- ✓ Promover a reestruturação das instituições que compõe o sistema de Defesa Social no RN, realizando a recomposição dos recursos de custeio e de investimento e o reordenamento da atuação policial;
- ✓ Apoiar e fortalecer a interação das instituições de Defesa Social do RN com as Guardas Municipais, cooperando com a sua formação, treinamento, criação e organização nos municípios;
- ✓ Criar os cinturões de segurança no Rio Grande do Norte, que consistem em linhas estrategicamente planejadas para reforçar a atuação da Polícia Civil nas áreas de divisa do Rio Grande do Norte com os Estados da Paraíba e Ceará e promover a interiorização da política de segurança. Essa ação prevê a estruturação de Delegacias Sub-Regionais e Delegacias Municipais. Serão criados cinco cinturões nas regiões Oeste, Seridó, Agreste e Litoral Leste do RN;

- ✓ Criar e implantar os Grupos de Patrulhamento de Divisa (GPD's) em 17 (dezessete) cidades do interior do RN. Os GPD's consistem em grupos formados por oficiais, sargentos e soldados da Polícia Militar com a finalidade de fortalecer o patrulhamento da divisa do Rio Grande do Norte com a Paraíba e o Ceará e do interior do Rio Grande do Norte;
- ✓ Ampliar a regionalização das Áreas Integradas de Segurança pública (AISPs) para todo o território do Rio Grande do Norte, promovendo o planejamento de metas e ações estratégicas pautadas na realidade de cada contexto e objetivando a uniformização da atuação conjunta das Polícias Militar e Civil;
- ✓ Formular e implementar ações estratégicas planejadas para as Áreas Integradas de Segurança Pública (AISPs) existentes, observando a necessidade de recursos e de efetivo policial de cada localidade, bem como estabelecendo metas específicas para a redução de crimes;
- ✓ Realizar integração dos diversos órgãos governamentais na implementação de políticas públicas compartilhadas, na perspectiva do desenvolvimento social, da prevenção e da redução de violência nas diversas Áreas Integradas de Segurança Pública;
- ✓ Descentralizar os Comandos Policial Militar e Civil para as regiões do Oeste, Seridó, Agreste e Leste do Estado, com a criação dos Departamentos Regionais de Comando Policial Integrado para fins de atuação conjunta de seus comandos;
- ✓ Criar núcleos departamentais de Criminalística e Medicina Legal em 3 cidades do interior do RN;
- ✓ Dotar o Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte de uma Administração moderna e voltada para resultados, orientada para o estabelecimento de indicadores e metas;
- ✓ Reestruturar os Setores de Estatística, de Planejamento Estratégico e Elaboração de Projetos da Secretaria Estadual de Segurança Pública;

- ✓ Aperfeiçoar o Sistema Estadual de Informação (SEI), visando à tomada de decisões, agregando dados socioambientais, de saúde, de educação e todos que impactam na segurança. Os referidos dados objetivam estudar as possíveis variáveis geradoras de inseguranças para a população;
- ✓ Reestruturar o Conselho Estadual de Segurança, garantindo uma composição plural;
- ✓ Incrementar Câmaras Técnicas, compostas por diversos órgãos e instituições (Governo do Estado, Prefeituras, Ministério Público, Poder Judiciário, Direitos Humanos e Sociedade Civil) para cada eixo de atuação do Governo do Estado na área de Segurança Pública;
- ✓ Garantir, no Plano Plurianual 2020-2023, a implementação das ações de Segurança Pública previstas no Plano de Governo;
- ✓ Buscar parcerias públicas e privadas para a implantação das ações de segurança.

CAPITAL HUMANO

- ✓ Criar o projeto de qualidade de vida dos profissionais de segurança pública do Rio Grande do Norte, com políticas voltadas à garantia da qualidade de vida, do bem-estar e da saúde, valorizando o corpo técnico da Polícia Civil e Militar e motivando o policial para atuar de forma efetiva na garantia da segurança pública no RN;
- ✓ Estudar a criação de um seguro policial, objetivando garantir aos familiares de policiais militares e civis que tenham perdido a vida em serviço, um auxílio financeiro;
- ✓ Instituir a premiação e a valorização de profissionais e grupos de agentes da segurança pelo alcance das metas fixadas para a segurança pública;

- ✓ Criar, em parceria com os municípios, as Vilas Militares para a residência dos policiais, objetivando a fixação do efetivo no interior do RN;
- ✓ Realizar capacitações periódicas para o aprimoramento das técnicas de atuação do efetivo policial do RN;
- ✓ Criar rede de proteção psicossocial aos policiais e os seus familiares por meio de parcerias com instituições de ensino e Prefeituras, prevendo-se, ainda, a readequação do Centro Integrado de Apoio Social e Psicológico dos operadores do Sistema de Segurança Pública;
- ✓ Aprovar e implementar a reestruturação organizacional do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte (CBMRN), buscando, também, ampliar o seu efetivo, incrementar as aquisições de equipamentos e modernizar a logística da corporação, a fim de fortalecer a estrutura preventiva, administrativa e operacional do CBMRN para promover a prestação de um serviço de excelência a toda a população norte-rio-grandense.

ESTRUTURANTE

- ✓ Recompôr o efetivo dos servidores do Sistema de Segurança Pública (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Científica e Corpo de Bombeiros), reduzindo o déficit de profissionais, por meio da realização de concurso público para todos os órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública estadual, bem como realizar a redistribuição dos operadores em todo o RN;
- ✓ Recompôr a frota policial do Rio Grande do Norte, com veículos apropriados, e adquirir equipamentos e acessórios policiais, criando possibilidades de trabalho e de enfrentamento da criminalidade no Rio Grande do Norte;
- ✓ Criar o Complexo Integrado de Segurança Pública, compreendendo o Centro de Tecnologia Inteligência e Investigação Policial, além da Academia de Formação Policial Integrada e o Instituto Técnico de Perícia e Criminologia;

- ✓ Reestruturar as delegacias, fortalecendo as delegacias de bairro, bem como os batalhões de área da Polícia Militar, e apoiar nas ações administrativas das polícias;
- ✓ Implantar sistema de combate ao roubo de carros com fiscalização eletrônica, em parceria com o setor privado;
- ✓ Promover a integração e a uniformização dos territórios de atuação policial, por meio da redistribuição do efetivo policial pelo RN e da interiorização dos comandos policiais, a fim de promover a otimização dos recursos humanos, estruturais e logísticos.

OPERACIONAL

- ✓ Fortalecer ações de inteligência; prevenção social, situacional, policial e de repressão ao crime no Rio Grande do Norte, por meio do investimento na modernização e na inteligência para a redução da violência no RN;
- ✓ Ampliar a presença policial ostensiva, prioritariamente nas áreas que apresentam os maiores índices de violência, prevendo-se a criação de corredores permanentes de segurança pública na capital e em cidades do interior do RN;
- ✓ Capacitar os profissionais da segurança pública para o adequado tratamento da população em situação de rua, LGBTI+, crianças, adolescentes, jovens e mulheres vítimas de violência;
- ✓ Expandir e aprimorar o sistema de videomonitoramento, criando cinturões de segurança por bairros e distritos;
- ✓ Realizar ações permanentes de segurança, com as forças policiais, nos corredores e terminais do transporte público;
- ✓ Promover a maior interação da população com a Polícia, a partir do uso de tecnologias e redes sociais, desenvolvendo aplicativos para a população contribuir com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das políticas públicas de Segurança Pública no Rio Grande do Norte;

- ✓ Criar uma rede de proteção e combate ao crime em parceria com instituições públicas e privadas;
- ✓ Realizar campanhas e propagandas institucionais com orientações sobre segurança para a população do Rio Grande do Norte;
- ✓ Interiorizar as operações de repressão qualificada para os principais Polos de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte;
- ✓ Realizar parcerias com Governo Federal e prefeituras no sentido de ampliar as políticas públicas de segurança pública, especialmente as de combate ao tráfico de drogas e as de proteção das divisas do Rio Grande do Norte;
- ✓ Integrar os trabalhos da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres com as políticas públicas de Segurança Pública, objetivando a repressão qualificada e o combate à violência contra as mulheres;
- ✓ Ampliar os investimentos em equipamentos e sistemas, como viaturas equipadas com computadores de bordo e rádios de comunicação e outros equipamentos necessários à operação e à interligação da comunicação policial no Rio Grande do Norte;
- ✓ Reorganizar e fortalecer o patrulhamento rural para prevenir e enfrentar o crime no campo, bem como para contribuir com o desenvolvimento da agricultura e pecuária.

ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

- ✓ Implantar uma política de Estado pautada no planejamento estratégico, com o estabelecimento de metas e indicadores, possibilitando a avaliação de resultados na Segurança Pública;
- ✓ Estabelecer rotinas permanentes de monitoramento de metas e indicadores e de definição de estratégias e planos de ação para o acompanhamento de resultados gerais e específicos das políticas nas Áreas Integradas de Segurança Pública;
- ✓ Fortalecer o Gabinete de Gestão Integrada (GGI), envolvendo os diversos órgãos do Governo estadual, realizando reuniões sistemáticas, a serem conduzidas pelo governador, a fim de identificar os problemas, projetar cenários e elaborar

estratégias de atuação fundamentais para a integração de políticas públicas que impactam na segurança pública, como também para o acompanhamento e a avaliação do cumprimento de metas e da redução dos índices de violência no Rio Grande do Norte;

▪ Defesa Civil

- ✓ Implantar oito Regionais de atendimento do Corpo de Bombeiros Militar, promovendo a descentralização da atuação nas ações de prevenção, serviço de atividades técnicas, busca e salvamento, defesa ambiental, contribuindo no desenvolvimento estratégico do RN, em suas respectivas áreas de atuação;
- ✓ Promover o aperfeiçoamento e a celeridade da análise dos processos de engenharia de segurança contra incêndio e controle de pânico, por meio da implantação de um Software preventivo do Serviço de Atividades Técnicas, contribuindo com o desenvolvimento econômico do RN;
- ✓ Fortalecer os programas e projetos Sociais do Corpo de Bombeiros Militar do Rio Grande do Norte, apoiando e ampliando o Programa Bombeiro Mirim (para a faixa etária de 12 aos 14 anos), criando o Projeto Jovem Bombeiro Brigadista Ambiental (para jovens entre 15 e 17 anos) e o Projeto Bombeiro Amigo do Peito nos Municípios e descentralizando o Projeto Vida Viva para todas as Unidades do Corpo de Bombeiros Militar do RN;
- ✓ Dotar de segurança jurídica e tornar eficiente e eficaz o sistema de prevenção, combate a incêndio, busca e salvamento, perícia de incêndio, defesa ambiental e de proteção e defesa civil, discutindo e aprovando as legislações específicas acerca dos referidos temas;
- ✓ Integrar os serviços de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) aos serviços do CBMRN, otimizando a utilização dos recursos públicos e diminuindo o tempo de resposta das solicitações de urgência e emergência na região metropolitana e interior do RN;
- ✓ Estruturar a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil, promovendo a sua reestruturação organizacional e o seu aparelhamento com a finalidade de planejar, coordenar e executar, de forma articulada, as ações de prevenção, mitigação e preparação de desastres naturais e tecnológicos, e as ações de resposta (socorro, assistência às vítimas e restabelecimento) e recuperação na Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP);

- ✓ Criar as Regionais de Proteção e Defesa Civil, interiorizando, articulando e coordenando as ações de Proteção e Defesa Civil no conjunto dos municípios que constituem suas áreas de atuação;
- ✓ Implementar o Programa Brigada Escolares e o Projeto Proteção e Defesa Civil nas escolas públicas estaduais do RN, a fim de promover a conscientização e a capacitação da Comunidade Escolar do Estado do Rio Grande do Norte sobre ações mitigadoras e de enfrentamento de eventos danosos, naturais ou antropogênicos, bem como o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas para garantir a segurança dessa população e possibilitar a difusão de tais temas a um grande contingente da população do RN;
- ✓ Elaborar e implementar o Programa de Capacitação Integrada e continuada de Proteção e Defesa Civil e o Programa de Proteção e Defesa Civil Itinerante, dotando a comunidade norte-rio-grandense e os agentes estaduais e municipais de proteção e defesa civil de conhecimentos sobre a Gestão da Redução dos Riscos de Desastres;
- ✓ Criar o Programa Estadual de Prevenção de Desastres Naturais e de Redução de Riscos Geológicos no estado do RN, possibilitando o diagnóstico atualizado dos perigos e de riscos, de escorregamentos de solo, desertificação, inundações, erosão e colapso de solo, estabelecendo prioridades para mapeamento de áreas de risco existentes no RN, com o foco na Gestão da Redução dos Riscos e Desastres (GRD);

▪ Administração Penitenciária

- ✓ Elaborar estudos e sistematizar dados e informações acerca da população carcerária do Rio Grande do Norte, fornecendo subsídios para o planejamento por meio da criação e da alimentação de um sistema informatizado;
- ✓ Adequar a estrutura física e reequipar, de forma planejada, as unidades prisionais existentes, criando condições de trabalho para os profissionais que fazem a proteção dos apenados, bem como atendendo às condições mínimas para o recolhimento da mulher apenada;
- ✓ Criar estratégias humanizadas de atendimento e de atenção ao apenado e à apenada no Rio Grande do Norte;

- ✓ Promover a valorização dos agentes penitenciários no Rio Grande do Norte, viabilizando melhorias das condições de trabalho ao servidor público estadual que atua na proteção dos apenados e realizando ações para a formação e a qualificação do servidor que atua no sistema prisional do RN;
- ✓ Enfrentar a superlotação de unidades prisionais por meio da reestruturação planejada do sistema penitenciário do Rio Grande do Norte, criando estratégias para que o cumprimento da pena possa ser realizado em conformidade com os Direitos Humanos;
- ✓ Criar alternativas ao sistema prisional comum, adotando, por exemplo, metodologias de reintegração e ressocialização no planejamento das novas unidades prisionais, podendo-se firmar convênios com instituições públicas e organizações não governamentais para promover a reintegração do apenado no Rio Grande do Norte;
- ✓ Reestruturar os centros de detenção provisória do Rio Grande do Norte, possibilitando o recolhimento adequado do preso provisório e a garantia dos seus direitos;
- ✓ Construir centros de detenção provisória regionalizados para recolhimento exclusivo de apenadas;
- ✓ Reformar e ampliar o Complexo Penal Estadual Agrícola Dr. Mário Negócio, a fim de ampliar a sua capacidade de recebimento de apenados e apenadas, bem como aumentando a possibilidade de geração de ocupação e de qualificação;
- ✓ Realizar a reestruturação dos espaços destinados ao cumprimento de pena no regime semiaberto;
- ✓ Criar condições adequadas para o cumprimento de pena em regime aberto no Rio Grande do Norte, por meio da construção da Casa de Albergado, conforme estabelece a legislação penal brasileira;
- ✓ Formular políticas efetivas de acesso do apenado ao trabalho e à educação, a fim de que sejam ampliadas as possibilidades e as perspectivas de sobrevivência fora da criminalidade;

- ✓ Fortalecer e divulgar a Ouvidoria do Sistema Penitenciário do RN, tornando-a, ainda, autônoma e independente, a fim de possibilitar a comunicação entre poder público e sociedade, bem como a prestação de um serviço efetivo no que tange à defesa de direitos;
- ✓ Garantir condições para o adequado funcionamento do Conselho Penitenciário Estadual, a fim de potencializar as suas ações enquanto órgão consultivo e fiscalizatório;
- ✓ Ampliar e interiorizar os serviços da Unidade de Psiquiatria e de Custódia e Tratamento, proporcionando atendimento humanizado e condições para a melhoria do quadro de saúde mental aos homens e às mulheres submetidos a medidas de segurança no Rio Grande do Norte;
- ✓ Ampliar o acesso à justiça por meio do fortalecimento da Defensoria Pública Estadual expandindo a sua capacidade de atuação e seus recursos de operação.

▪ **Justiça e Promoção da Cidadania**

- ✓ Reestruturar a Secretaria Estadual da Justiça e Cidadania (SEJUC), conferindo condições efetivas para o planejamento e a gestão das políticas;
- ✓ Apoiar a criação de Procons municipais, proporcionando a orientação, o suporte e o direcionamento por parte do Procon estadual;
- ✓ Estruturar o Procon estadual para atuar de forma itinerante nos municípios de pequeno porte, levando a conscientização e a educação para o consumo e para a cidadania, possibilitando o fortalecimento do sistema estadual de defesa do consumidor;
- ✓ Formular e implementar o programa Cidadão Consciente para proporcionar à população do interior do Rio Grande do Norte o acesso a orientações sociais e jurídicas, atividades educativas, além de conscientização na área de direitos humanos e cidadania.

▪ **Políticas públicas para as mulheres**

- ✓ Reordenar institucional e tecnicamente a estrutura da Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres para desenvolver o trabalho com eficiência e efetividade;
- ✓ Reestruturar e fortalecer o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres, garantindo composição paritária entre o Poder Público Estadual e a sociedade civil, potencializando, em especial, a representação de instituições dos diversos segmentos de mulheres dos polos regionais do RN;
- ✓ Estimular e apoiar, tecnicamente, os municípios para criação de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher e de Organismos de Políticas para Mulheres (OPMs);
- ✓ Elaborar o Plano Estadual de Políticas para as Mulheres em conformidade com as normativas e orientações técnicas da Secretaria Nacional de Políticas para Mulheres (SNPM), levando em consideração as deliberações das quatro conferências estaduais e um prévio diagnóstico socioterritorial acerca das condições de vida das mulheres potiguaras;
- ✓ Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando, por meio da articulação da política estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres, com a integração, regionalização e fortalecimento dos serviços especializados no âmbito da Segurança Pública, da Justiça, da Rede de Proteção Social, Educação e Saúde;
- ✓ Articular a implementação de Delegacias Regionais Especializadas no Atendimento às Mulheres (DEAMs Regionais) em cidades polos do RN, atentando para os dados de diagnóstico socioterritorial, a fim de priorizar as áreas de maior incidência de violência doméstica e familiar contra a mulher;
- ✓ Fomentar a implementação de Casas Abrigo regionalizadas, observando diagnóstico socioterritorial, as áreas de maior incidência de violência doméstica e os territórios que tenham em sua rede de proteção social especial Centros de Referência Especializados de Assistência Social para o atendimento às mulheres vítimas de violência, articulando, ainda, a implementação da Casa da Mulher Potiguar;

- ✓ Garantir e dar suporte técnico para capacitação de servidores(as) públicos(as) acerca de temáticas ligadas a gênero, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero e direitos humanos;
- ✓ Implementar um sistema estadual de integração da rede de enfrentamento à violência contra a mulher articulado com as políticas sociais nos diversos territórios, potencializando o desenvolvimento regional;
- ✓ Pautar, de forma articulada com o Poder Judiciário, a necessidade da ampliação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar no Estado;
- ✓ Articular a viabilização de cursos de profissionalização e elevação de escolaridade para mulheres, em especial vítimas de violência, em programas distintos e regionalizados, a fim de potencializar a autonomia econômica e financeira das mulheres;
- ✓ Fomentar a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social;
- ✓ Apoiar projetos produtivos desenvolvidos por grupos de mulheres, por meio da assistência técnica, da capacitação e do incentivo ao empreendedorismo, ao associativismo, ao cooperativismo e ao comércio;
- ✓ Fomentar estratégias de fortalecimento da produção e de comercialização de produtos e de alimentos por grupos de mulheres;
- ✓ Realizar formação e capacitação de mulheres em liderança comunitária, principalmente as mulheres rurais, para fortalecer a participação popular feminina nas instâncias de formulação e no acesso às políticas públicas;
- ✓ Potencializar a melhoria das condições de vida e de saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital, por meio do acesso aos serviços de promoção, prevenção e assistência à saúde integral da mulher em todo o RN;
- ✓ Fortalecer a implementação das ações previstas na Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM;
- ✓ Potencializar e monitorar o cumprimento das metas do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal, com assistência obstétrica qualificada e humanizada;

- ✓ Acompanhar o processo de consolidação da Rede Cegonha para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como assegurar às crianças o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e desenvolvimento saudáveis;
- ✓ Fomentar discussões para a construção de estratégias para diminuição dos índices de gravidez na adolescência;
- ✓ Fomentar e apoiar tecnicamente a redução da desigualdade entre mulheres e homens e para o enfrentamento do preconceito e da discriminação de gênero, étnico-racial, geracional, orientação sexual, identidades de gênero e contra pessoas com deficiência por meio da formação de gestores/as, profissionais da educação e estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino;
- ✓ Contribuir para a redução da taxa de analfabetismo, potencializando a elevação da escolaridade entre as mulheres;
- ✓ Potencializar e apoiar, tecnicamente, a formulação de medidas educacionais no âmbito escolar estadual, para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres.

▪ Políticas públicas para a pessoa idosa

- ✓ Garantir melhor qualidade de vida ao idoso no RN, por meio de programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário, promovendo o acesso a serviços, ao lazer, à cultura e à atividade física de acordo com sua capacidade funcional;
- ✓ Formular projeto habitacional voltado à população idosa em condição de vulnerabilidade do RN, a fim de garantir-lhes a moradia adequada, proporcionando, ainda, a convivência em sociedade e a prática de atividades de lazer;
- ✓ Promover a formação e a capacitação de profissionais para atuação na rede de proteção social às pessoas idosas;
- ✓ Fortalecer a Política Estadual do Idoso em consonância com as diretrizes do Estatuto do Idoso;

- ✓ Fortalecer os canais de recebimento de denúncias acerca da violação de direitos da Pessoa Idosa;
- ✓ Formular e implementar projetos de inclusão produtiva para as pessoas idosas;
- ✓ Aprimorar os espaços/equipamentos sociais de apoio e de promoção da qualidade de vida das Pessoas Idosas;
- ✓ Formular e implementar políticas de cultura voltadas à pessoa idosa, resgatando as memórias e as raízes da cultura potiguar.

▪ **Políticas públicas para as pessoas com deficiência**

- ✓ Garantir acesso da pessoa com deficiência a tratamentos de saúde com atendimento clínico adequado e à educação com transporte, garantindo a inclusão social e a ampliação de suas oportunidades;
- ✓ Apoiar o cumprimento da legislação de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, a partir da articulação das três esferas de governo e a sociedade civil;
- ✓ Garantir a igualdade de oportunidades às pessoas com deficiência, por meio da articulação entre os órgãos da administração pública direta e indireta de todas as esferas e de organizações da sociedade civil, para promover a inclusão social e a participação plena e efetiva na sociedade;
- ✓ Qualificar a rede de atendimento à pessoa com deficiência em todo o RN, por meio da realização de encontros regionais regulares entre servidores públicos estaduais e municipais que atendem pessoas com deficiência ou que possuam atuação profissional relacionada com a temática;
- ✓ Criar campanhas voltadas a não discriminação da pessoa com deficiência, conferindo destaque as suas potencialidades para promover a geração de oportunidades;
- ✓ Fomentar, nos municípios do RN, a criação de políticas de esporte e lazer voltadas à integração da pessoa com deficiência.

▪ Igualdade Racial e Promoção de Direitos

- ✓ Desenvolver políticas públicas efetivas voltadas às comunidades remanescentes de quilombos e às comunidades indígenas do RN;
- ✓ Fortalecer a capacidade de sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica de comunidades quilombolas e indígenas, bem como ações que promovam a melhoria da qualidade de vida dessa população, com ênfase para as mulheres chefes de família;
- ✓ Instituir e apoiar políticas públicas que objetivem a promoção da igualdade racial, por meio de ações destinadas à garantia da igualdade de oportunidades, à defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, combatendo, de forma ampla, a discriminação e a intolerância étnica no Rio Grande do Norte;
- ✓ Criar mecanismos de fiscalização, a fim de prevenir a prática e estimular a punição da discriminação racial na ocupação de vagas no mercado de trabalho;
- ✓ Conferir proteção ampla e a garantia de direitos às pessoas e grupos vulneráveis e/ou historicamente discriminados por meio da oferta universal de políticas públicas de proteção aos direitos fundamentais do ser humano;
- ✓ Promover campanhas de conscientização contra todas as formas de discriminação a grupos vulneráveis e/ou historicamente discriminados, por meio da articulação com entes públicos e o setor privado.

▪ Direitos da Juventude

- ✓ Investir na profissionalização do adolescente e do jovem do Rio Grande do Norte, criando oportunidades de geração de emprego e renda, por meio da articulação de programas e projetos intersetoriais;
- ✓ Proporcionar o acesso do jovem que reside nas áreas urbanas e rurais do Rio Grande do Norte às políticas de cultura, de lazer e de esporte;
- ✓ Viabilizar canais de acesso dos jovens potiguares às mídias digitais, fomentando a expressão e o protagonismo juvenil;

- ✓ Implementar um Observatório da Juventude no RN, de modo a subsidiar a construção de políticas públicas mais adequadas à realidade do RN;
- ✓ Implementar as diretrizes e operacionalizar, de forma efetiva, uma Política Estadual sobre Drogas, com a participação do Conselho Estadual Sobre Drogas do RN, de modo a assegurar a integração da sociedade nas decisões;
- ✓ Criar Espaços da Juventude (Darcy Ribeiro), voltados à promoção da cultura, do esporte, do lazer, da assistência social e da profissionalização dos jovens do Rio Grande do Norte, os quais serão implantados de forma regionalizada em áreas afetadas por elevados índices de homicídios de jovens no RN;
- ✓ Captar recursos para o Fundo Estadual sobre Drogas, a fim de garantir o investimento na prevenção, no tratamento, na recuperação, na repressão, no controle e na fiscalização do uso e do tráfico de drogas;
- ✓ Implementar as Diretrizes do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes do RN;
- ✓ Enfrentar a violência e a exploração sexual contra crianças, adolescentes e mulheres jovens, viabilizando uma articulação interinstitucional e a construção de um Plano Estadual de Enfrentamento;
- ✓ Estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada e Instituições de Ensino Superior (IES), a fim de criar e implementar campanhas e ações voltadas à promoção da inclusão social do jovem do RN;
- ✓ Realizar a contratação e qualificação de pessoal como estratégia de valorização permanente de servidores e colaboradores da FUNDASE;
- ✓ Instituir 7 (sete) Núcleos Regionais de Atendimento Integrado (NAI), nas sedes das comarcas dos foros regionais, adotando os parâmetros nacionalmente definidos para o funcionamento desses núcleos, garantindo nas peças orçamentárias (PPA, LDO e LOA) a previsão dessas despesas;
- ✓ Adequar as 08 unidades de atendimento socioeducativo aos parâmetros arquitetônicos e organizacionais do SINASE;

- ✓ Reformar e estruturar o Centro de Treinamento e Profissionalização da FUNDASE, estabelecendo parcerias com a comunidade para a otimização dos equipamentos e produção;
- ✓ Adotar política de recuperação (estrutural e organizacional) e manutenção das unidades socioeducativas do RN;
- ✓ Implantar e readequar unidades de cumprimento de medidas em regime de semiliberdade, observando-se os parâmetros do SINASE;
- ✓ Implantar uma Unidade de Internação Provisória no interior do RN, com capacidade para receber, de forma digna, 20 adolescentes, seguindo os parâmetros do SINASE;
- ✓ Adequar e reformar a unidade Padre João Maria, separando Internação Provisória, Internação e Semiliberdade das adolescentes do sexo feminino, considerando a definição dos espaços para a 1ª medida e transição, de acordo com as normas de referência do SINASE;
- ✓ Fomentar a elaboração/readequação dos Planos Operativos Municipais (POM) de Atenção Integral à Saúde de adolescentes autores de ato infracional, nos municípios que possuem unidades de internação, internação provisória e semiliberdade;
- ✓ Estabelecer parcerias com o Sistema "S", instituições de ensino superior, Institutos Federais e outras entidades para formação e qualificação profissional dos adolescentes atendidos pelo sistema socioeducativo;
- ✓ Cumprir com o estabelecido no Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, destacando-se o acompanhamento ao egresso e seus familiares.

- **EIXO - Desenvolvimento Econômico Sustentável**

O Rio Grande do Norte está sentindo, de forma muito severa, os efeitos da crise pela qual passa o Brasil desde meados de 2015. Os índices de pobreza, desemprego e informalidade estão crescendo a cada dia. As nossas riquezas e potencialidades estão sendo negligenciadas por um governo frágil, sem planejamento

e sem direção, que está comprometendo o desenvolvimento econômico sustentável e, conseqüentemente, a qualidade de vida da nossa população.

É preciso que pensemos estratégias para dinamizar a economia, fortalecendo as potencialidades regionais, gerando emprego e garantindo, assim, a redução das desigualdades. O RN possui características que nos permitem alcançar um patamar econômico muito superior ao atual, e é isso que buscaremos. Entretanto, para que isso aconteça, precisaremos, antes, resolver nossos gargalos estruturais.

O Rio Grande do Norte precisa investir mais na formação e capacitação de mão de obra, com foco nos jovens e nas mulheres, tendo em vista que os dados do IBGE apontam um índice alto de desemprego nesses dois grupos.

No campo da infraestrutura e logística, precisamos ampliar a malha ferroviária e os nossos portos. A nossa baixa disponibilidade hídrica precisa e será resolvida com uma gestão mais eficiente, que prime pelo bom uso e pelo reuso das águas, bem como que consiga proporcionar aos trabalhadores e trabalhadoras do campo as condições necessárias para produzir.

No campo institucional eliminaremos as debilidades do governo e daremos mais eficiência, efetividade e transparência às ações governamentais, reduzindo e lidando de maneira racional com a burocracia e propiciando um ambiente seguro e estável aos empreendedores.

Os homens e mulheres do campo terão no Governo do Estado um parceiro de todas as horas. A agricultura familiar estará na agenda de prioridades do início ao fim do nosso governo.

No sentido aqui proposto, a área do turismo, por meio da qual o RN gera empregos e movimenta a economia, ganhará destaque. O turismo possui alto potencial de empregabilidade. Potencializaremos o turismo em diversas frentes (turismo sol e mar, festejos populares, turismo de aventura, gastronomia, entre outros). Além disso, a nossa proposta é interiorizar as políticas públicas de turismo,

objetivando fomentar e evidenciar as vocações econômicas e turísticas locais, desenvolvendo as cidades do interior e gerando renda para a população.

No campo da geração de emprego e renda as nossas políticas serão transversais e buscarão nos territórios as forças sociais e as potencialidades, objetivando transformá-los em espaços de cidadania e desenvolvimento. Para que isso se efetive, além de integrarmos as políticas públicas estaduais, buscaremos fomentar o protagonismo local e a capacidade de atuação dos municípios.

Além da geração de emprego e renda, nossos desafios perpassam, também, pelo fortalecimento das potencialidades já existentes. O Rio Grande do Norte possui totais condições de ser um dos destaques da região Nordeste e do Brasil. Possuímos uma imensa capacidade de geração de energias renováveis; temos uma malha viária bem articulada e de qualidade superior à média da região; somos ricos em recursos naturais e importantes ativos minerais, enfim, possuímos riquezas e potencialidades que são negligenciadas pelo atual governo.

Para tanto, é necessário, ainda, que o governo estadual invista mais e melhor na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, aproveitando para transformar as oportunidades e potencialidades locais em fontes de riqueza. Nós reconhecemos que a pesquisa científica é a base da geração de conhecimento e o suporte teórico para a geração da tecnologia e, por conseguinte, da inovação. Os investimentos em pesquisa básica são cruciais não só para geração de conhecimento, como também para atender às necessidades da sociedade, cabendo ao Estado tratamento prioritário tendo em vista o bem público e o progresso da Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento econômico sustentável. Para tanto, a nossa atuação nesta área considerará três dimensões: expansão; consolidação e integração.

O sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação do RN depende da formação, atração e fixação de recursos humanos qualificados e valorizados, inseridos em instituições permeáveis à cooperação nacional e internacional e que promovam a produção científica, tecnológica e inovadora de qualidade. Assim, deverá ser criada

uma estratégia de ação para o desenvolvimento consolidado de uma cultura de inovação em sintonia com as necessidades locais no interior.

As nossas propostas para o desenvolvimento econômico sustentável do Rio Grande do Norte, caro(a) eleitor(a), serão orientadas pelos territórios, ou seja, atuaremos conforme as características regionais, potencialidades e as vocações de cada território. Com os pés no chão e buscando parcerias e diálogo com a sociedade, demais níveis de governo e com a iniciativa privada, iremos reverter o quadro de declínio econômico e social que está assolando o RN.

As nossas propostas para o RN:

- **Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Renda**

- ✓ Criar e implementar o Programa Incluir RN, objetivando a redução da pobreza e das desigualdades a partir da geração de emprego e renda e do desenvolvimento local, por meio da atuação em rede no território estadual e buscando o fortalecimento das atividades econômicas de todos os tipos, das cadeias produtivas dos pequenos negócios, o apoio à criação de organizações autogestionárias e ao micro e pequeno empreendedor, ao trabalhador autônomo e à agricultura familiar;
- ✓ Adotar estratégia de desenvolvimento regionalizado como instrumento de promoção do desenvolvimento local a partir da potencialização das vocações econômicas regionais, objetivando a criação de um ambiente favorável aos negócios em todo o território do Rio Grande do Norte;
- ✓ Criar e implementar uma política de desenvolvimento econômico que atenda aos três setores da economia estadual: a tradicional, a popular e a Nova Economia, visando à promoção da geração de empregos;
- ✓ Desenvolver a Economia do Mar, com a exploração do potencial das praias para a navegação, pesca, esportes náuticos e indústria náutica, dentre outras atividades;

- ✓ Apoiar a indústria salineira, favorecendo a ampliação da produção e das possibilidades de exportação;
- ✓ Elaborar e incentivar projetos estruturantes que tenham como objetivo promover a dinamização das cadeias produtivas no Rio Grande do Norte;
- ✓ Potencializar a atração de novos negócios para o Rio Grande do Norte, por meio da divulgação das riquezas do RN para investidores nacionais e internacionais;
- ✓ Incentivar a regularização das empresas e atrair novos investidores, simplificando e desburocratizando os procedimentos de licenciamento, atendendo às normas e considerando os aspectos relacionados à proteção ambiental;
- ✓ Criar políticas efetivas voltadas ao fortalecimento e à dinamização dos negócios das micro e pequenas empresas e dos empreendedores individuais do Rio Grande do Norte;
- ✓ Promover o estímulo e o fortalecimento à economia popular, solidária e criativa, por meio do fomento a linhas de crédito, do acesso às formas de financiamento e da divulgação, incentivando o potencial dos pequenos empreendimentos e da agricultura familiar;
- ✓ Criar mecanismos para potencializar a comercialização da produção dos micro, pequenos e médios empreendimentos, estabelecendo uma estrutura de apoio à exportação;
- ✓ Apoiar o artesanato produzido no RN, por meio de programas de aperfeiçoamento, capacitação, convênios e parcerias, buscando a excelência na produção de artesanato, com acesso a técnicas e desenvolvimento de tecnologias e inovações de materiais e insumos alternativos, que gerem trabalho e renda, mas ao mesmo tempo, projetem a cultura e as tradições potiguaras;

- ✓ Garantir segurança nos corredores públicos de comércio e serviços do RN, a fim de possibilitar o acesso do consumidor e de promover a dinamização das atividades locais;
- ✓ Planejar, gerir, operacionalizar e monitorar os planos, programas e projetos de combate à pobreza, dinamizando a economia local de forma articulada com as políticas públicas;
- ✓ Ampliar os programas de renda mínima, em parceria com o Governo Federal e de forma articulada com as diversas políticas públicas, a fim de reduzir os índices de pobreza no Rio Grande do Norte;
- ✓ Construir e incentivar diversas formas de cooperação de governo, como consórcios e fóruns, no sentido de interiorizar e integrar as políticas de geração de emprego e renda;
- ✓ Promover a geração de emprego e renda e a garantia de direitos por meio da atuação em rede que possibilite a construção de casas populares, a criação de cinturões verdes, a realização de campanhas de alfabetização, a promoção de serviços na área de saúde e a regularização de documentos pessoais em todos os territórios do RN;
- ✓ Reativar o Observatório do Trabalho no Rio Grande do Norte, possibilitando a elaboração de diagnósticos e de estudos prospectivos para subsidiar a formulação de políticas de geração de emprego e renda;
- ✓ Qualificar e requalificar a mão de obra, de acordo com a pesquisa elaborada pelo Observatório do Trabalho e em parceria com as instituições de ensino;
- ✓ Criar uma Comissão Tripartite formada por Empresários, Trabalhadores e Governos, objetivando analisar, propor e monitorar as políticas de emprego e renda;
- ✓ Construir o Plano Estadual Profissional, articulado com as demandas de desenvolvimento econômico e social;

- ✓ Desenvolver programas de qualificação profissional para atender à demanda do comércio, da indústria e do setor de prestação de serviços, em parceria com prefeituras e entidades de classe;
- ✓ Fomentar a criação de parcerias com o setor privado para a implantação de projetos de desenvolvimento para o Rio Grande do Norte;
- ✓ Criar o Conselho de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte, enquanto espaço de diálogo entre o governo estadual, municípios, setor privado e sociedade civil.

▪ Turismo

- ✓ Interiorizar a política de turismo, atuando em rede para estimular o desenvolvimento de novas atividades turísticas que incorporem aspectos da produção local, da cultura e da culinária regional;
- ✓ Fomentar as atividades desenvolvidas por cooperativas e associações locais de produtores(as), valorizando as potencialidades locais e gerando emprego e renda, a fim de dinamizar a atividade turística no Rio Grande do Norte;
- ✓ Promover, aprimorar e diversificar a oferta turística do RN, estimulando o desenvolvimento de um turismo sustentável, acessível e atrativo a todos, valorizando o patrimônio cultural e natural para visitação turística;
- ✓ Incentivar a captação de eventos geradores de fluxos turísticos em todas as regiões do Rio Grande do Norte, fortalecendo a cooperação público-privada para a promoção do turismo;
- ✓ Incentivar os festivais gastronômicos no RN, os quais devem ocorrer paralelamente às festas populares, divulgando a cultura e a culinária regional;
- ✓ Criar campanhas de conscientização e estratégias de divulgação e educação voltadas ao cidadão norte-rio-grandense, a fim de promover o turismo e a valorização dos costumes, hábitos e tradições pelo potiguar;
- ✓ Fortalecer e aperfeiçoar o monitoramento da atividade turística, por meio do aprimoramento dos estudos e das pesquisas em turismo e do desenvolvimento

de novas ferramentas para armazenamento e divulgação de informações turísticas;

- ✓ Viabilizar a implementação e apoiar a estruturação do Observatório do Turismo;
- ✓ Promover o produto turístico potiguar nos principais polos emissores nacionais e internacionais;
- ✓ Implantar uma assessoria de imprensa permanente e específica para o Turismo, a fim de divulgar o turismo potiguar e abrir espaços (mídia espontânea) para o RN nas principais feiras de turismo nacionais e internacionais;
- ✓ Combater a sazonalidade do setor de turismo por meio da captação de eventos a ser realizados no território do Rio Grande do Norte;
- ✓ Fortalecer e aprimorar a Companhia Independente de Policiamento Turístico (CIPTUR);
- ✓ Fortalecer e modernizar a Delegacia Especializada na Assistência ao Turista (DEATUR).

▪ Ciência, Tecnologia e Inovação

Institucionalização e Promoção da Política Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

- ✓ Revisar, implementar e operacionalizar a Lei Estadual de Inovação;
- ✓ Criar a Lei de Incentivos a Parques Tecnológicos;
- ✓ Atualizar o Plano Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação, com foco nas principais áreas e setores econômicos, priorizando as áreas de maior impacto;
- ✓ Elaborar plano de Ciência, Tecnologia e Inovação para o RN com vigência de 2021 a 2030;
- ✓ Consolidar e ampliar o programa de Ciência, Tecnologia e Inovação-RN;

- ✓ Estimular a colaboração entre as instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação do RN e de outros estados;
- ✓ Incentivar a cooperação internacional com países e instituições líderes nas áreas estratégicas relevantes para o RN, dentre as quais destacamos água, energia, minerais, saúde e educação, bem como as novas áreas tecnológicas;
- ✓ Promover e estimular, de forma sistemática, a cultura de inovação potiguar.

Estruturação e Financiamento do Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação

- ✓ Valorizar a FAPERN como órgão do Estado para exercer a integração com os setores empresariais e acadêmicos, em relação às políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do RN;
- ✓ Consolidar o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia (CCT) como órgão articulador do Plano Estadual, atualizando sua composição e garantindo seu funcionamento como órgão de elaboração das políticas estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- ✓ Criar o Observatório da Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com instituições de fomento à pesquisa, universidades e outras instituições de pesquisa;
- ✓ Implementar e fortalecer Centros de Inovação Tecnológica em áreas estratégicas, reforçando a colaboração com centros de competência já existentes e com Centros Globais de CTI.

Modernização e Ampliação da Infraestrutura de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado

- ✓ Criar uma Plataforma Digital de interação entre as esferas de governo, Instituições de Ciência e Tecnologia, empresas e terceiro setor com outras instituições e fundos internacionais para a cooperação e desenvolvimento de iniciativas inovadoras;

- ✓ Implementar o programa Cidades Inteligentes e Humanas em outras cidades do RN, criando soluções focadas nos pequenos municípios, por meio da criação de consórcios servidos por plataforma de gestão compartilhada.

Ampliação da Infraestrutura para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no interior do Estado do Rio Grande do Norte

- ✓ Incentivar o desenvolvimento de soluções inovadoras para inclusão produtiva e social nos municípios do interior do RN, por meio de parcerias com universidades e instituições dos setores produtivos e financeiros;
- ✓ Incentivar a criação de núcleos regionais de Ciência, Tecnologia e Inovação;
- ✓ Articular o ecossistema de inovação do interior do RN.

Formação, Atração e Fixação de Recursos Humanos

- ✓ Fortalecer o Programa de Formação de Recursos Humanos em Áreas Estratégicas (RHAE) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Promoção da Inovação Tecnológica nas Empresas

- ✓ Ampliar a articulação entre universidades, centros de pesquisa e empresas no desenvolvimento de tecnologias inovadoras;
- ✓ Atrair Centros de Pesquisa e Desenvolvimento de empresas globais, como empresas âncoras do Parque Tecnológico Metrópole Digital de Natal e do emergente Parque do Estado, focando em pesquisas em torno das energias alternativas (eólica e solar), produção e consumo local de energia, problemas do semiárido, cadeia de mineração, pecuária, aquicultura e processamento de pescado e agropecuária;
- ✓ Estimular o empreendedorismo de base tecnológica com foco no empreendedor e em empresas nascentes (startups);

- ✓ Fomentar a constituição e a consolidação de ambientes voltados à inovação, como incubadoras, aceleradoras e parques e polos tecnológicos;
- ✓ Estimular a formação e o desenvolvimento de ambientes voltados ao empreendedorismo, como aceleradoras de negócios, espaços de trabalho cooperativos e laboratórios abertos de prototipagem de produtos e processos.

Incentivo ao desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação em áreas estratégicas

- ✓ Ampliar a capacidade estadual de pesquisa, desenvolvimento e inovação em assuntos estratégicos relacionados à água, contribuindo para enfrentar os grandes desafios estaduais relacionados à segurança hídrica, alimentar, energética, à pesca e aquicultura, à mudança do clima e eventos extremos, ao uso sustentável dos recursos naturais e ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras;
- ✓ Apoiar o desenvolvimento de tecnologias inovadoras para agregação de valor aos bens e serviços da sociobiodiversidade potiguar e promover maior interação entre os setores acadêmico e produtivo, a fim de elevar a competitividade do RN no cenário da bioeconomia brasileira, sempre considerando aspectos referentes à conservação e preservação da biodiversidade nacional;
- ✓ Ampliar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação agropecuária para sustentar a capacidade competitiva e promover a liderança do RN no agronegócio brasileiro, no que tange à produção e à disponibilidade de alimentos seguros e de qualidade;
- ✓ Promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação de forma a permitir a melhor compreensão, avaliação e previsão dos processos relacionados à mudança do clima e fornecer informações relevantes que contribuam para a definição de ações de promoção do desenvolvimento sustentável compatíveis com o cenário climático futuro;
- ✓ Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas de energia, visando fortalecer a competitividade e aumentar a diversificação da matriz energética, garantindo segurança e eficiência;

- ✓ Fomentar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas de minerais de importância estratégica, visando à agregação de valor, à competitividade, à redução da dependência externa e à utilização dos recursos minerais do RN para a solução de desafios tecnológicos;
- ✓ Promover a ciência, a tecnologia e a inovação por meio de pesquisa na saúde para fortalecer a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de doenças crônicas não transmissíveis e de doenças infecciosas bem como diminuir a dependência externa de produtos e tecnologias.

▪ Desenvolvimento Agrário e Rural

- ✓ Contribuir com o aumento do nível tecnológico dos empreendimentos agrícolas e agroindustriais do RN;
- ✓ Apoiar os polos de fruticultura do RN, por meio do estímulo à realização de pesquisas voltadas a conhecer novos locais de produção, bem como a melhorar a qualidade das frutas e o acesso a novos mercados, com estímulo à produção integrada;
- ✓ Implementar o Programa Estadual de Pesca Sustentável, com um conjunto de ações integradas, de valorização dos pescadores, promoção do pescado e de fomento da pesca como atividade socioeconômica na perspectiva de desenvolver a cadeia produtiva da pesca e da aquicultura no RN;
- ✓ Fortalecer as ações de defesa sanitária animal e vegetal, equipando as estruturas existentes no RN, a fim de garantir a qualidade da produção para acessar os mercados das cadeias de aves, suínos, bovinos, ovinos, leite, grãos e frutas;
- ✓ Promover a sustentabilidade de sistemas produtivos diversificados, compatibilizando as vocações econômicas locais e a produção de alimentos com a oferta de energia no RN;
- ✓ Incentivar as atividades rurais não agrícolas, como o turismo rural, gastronômico e ecológico, dialogando diretamente com a paisagem natural, a história, a cultura e as vocações regionais;

- ✓ Promover agricultura familiar, por meio de políticas integradas, compreendendo-a como atividade estratégica para a economia solidária no RN;
- ✓ Estimular a produção de mel, dos derivados do caju e de produtos característicos das diversas regiões norte-rio-grandenses, a fim de potencializar a cultura e as vocações econômicas locais;
- ✓ Estruturar a CEASA de Natal e criar a CEASA de Mossoró, por meio de parcerias, como estratégia para garantir a comercialização e o abastecimento no RN, diversificando, além disso, os mecanismos de compras institucionais da agricultura familiar;
- ✓ Apoiar os produtores rurais do RN, a fim de proporcionar a melhoria do rebanho potiguar e a abertura do mercado para que os produtos obtenham divisas;
- ✓ Implementar o Programa Estadual de Agroecologia, com múltiplas ações integradas e intersetoriais, visando estimular adesão à transição para sistemas de produção ecologicamente sustentáveis que aliem produção agrícola com a preservação e a conservação ambiental;
- ✓ Instituir uma política de apoio aos produtores familiares de todo o RN, garantindo a estruturação de espaços de comercialização direta, entrepostos e pequenas centrais de armazenamento, aquisição de equipamentos e transporte da produção;
- ✓ Investir na conservação de sementes crioulas em propriedades rurais, incentivando a multiplicação da sua utilização em programas de governo;
- ✓ Consolidar as políticas públicas que atendam às diferentes especificidades no que se refere à pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, ao crédito, ao seguro, aos preços e acesso a mercados;
- ✓ Estimular e implementar programas voltados à produção e à distribuição de alimentos saudáveis e de qualidade em todo o Rio Grande do Norte, a fim de contribuir para a melhoria da dieta do potiguar e para a produção sustentável;
- ✓ Facilitar o acesso do segmento produtivo agrícola aos mercados institucionais, por meio da criação de canais de interação entre o governo e os produtores

rurais, promovendo a interlocução entre os atores e a divulgação da produção da agricultura e das demandas das escolas e instituições públicas estaduais por produtos provenientes do setor.

▪ Eficiência Energética

- ✓ Modernizar a Gestão Energética Estadual visando à redução dos custos com energia elétrica;
- ✓ Implantar Parque Solar nas dependências do Centro Administrativo contribuindo com a sua sustentabilidade;
- ✓ Implantar energia solar fotovoltaica em escolas estaduais do RN, promovendo o uso responsável da energia;
- ✓ Estabelecer parcerias entre o Governo do Estado e as prefeituras municipais, visando à implantação de um novo modelo energético e à redução dos custos com energia nos prédios públicos em todo o RN;
- ✓ Criar Grupos de Trabalho para a discussão da temática energética em nível metropolitano e regional;
- ✓ Priorizar e fomentar o turismo, por meio da implantação de energias renováveis nos principais polos turísticos do RN, visando à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento econômico sustentável;
- ✓ Atrair empresas de energia renovável, por meio de incentivos, favorecendo a sua implantação em solo potiguar;
- ✓ Promover a qualificação de mão de obra especializada para a geração de emprego e renda na área de energias renováveis;
- ✓ Universalizar o serviço de energia elétrica nas áreas urbanas e rurais, em parceria com o Governo Federal, possibilitando uma vida digna e o desenvolvimento para todos(as) os(as) potiguares.

Agradecimento:

Essas são as nossas propostas iniciais para o Rio Grande do Norte. Agradeço a todos(as) os(as) cidadãos(ãs) do Rio Grande do Norte que contribuíram conosco durante a elaboração deste plano, expressando os seus desejos para o RN. Agradecemos, também, aos colaboradores, que, em suas áreas específicas, pensaram propostas que traduzem os anseios do povo. Com base nessa conjunção de esforços, elaboramos um plano exequível.

Reafirmamos que o Rio Grande do Norte tem jeito e nós lutaremos para concretizar o nosso sonho de resgatar o RN com o povo potiguar.



COLIGAÇÃO 100% RN
PDT – PP – MDB – DEM – PODEMOS